



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
MESTRADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

**ACESSO À INFORMAÇÃO PARA USUÁRIOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL EM
BIBLIOTECAS PÚBLICAS DE JOÃO PESSOA: REALIDADE E DESAFIOS**

ANA LÚCIA LEITE SANTOS

JOÃO PESSOA

2023

ANA LÚCIA LEITE SANTOS

ACESSO À INFORMAÇÃO PARA USUÁRIOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL EM
BIBLIOTECAS PÚBLICAS DE JOÃO PESSOA: REALIDADE E DESAFIOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) como requisito para obtenção do título de Mestra.

Área de Concentração: Informação, Conhecimento e Sociedade.

Linha de Pesquisa: Informação, Memória e Sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cleide Rodrigues Bernardino.

JOÃO PESSOA
2023

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S237a Santos, Ana Lúcia Leite.

Acesso à informação para usuários com deficiência visual em bibliotecas públicas de João Pessoa : realidade e desafios / Ana Lúcia Leite Santos. - João Pessoa, 2023.
94 f. : il.

Orientação: Maria Cleide Rodrigues Bernardino.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCSA.

1. Bibliotecas públicas. 2. Acervo acessível - João Pessoa. 3. Usuários com deficiência visual. 4. Acessibilidade. 5. Inclusão. I. Bernardino, Maria Cleide Rodrigues. II. Título.

UFPB/BC

CDU 027.4(043)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Defesa nº 293

Ata da Sessão Pública de Defesa de Dissertação do(a) Mestrando(a) **ANA LÚCIA LEITE SANTOS** como requisito parcial e obrigatório para obtenção do grau de Mestre(a) em Ciência da Informação, Área de Concentração em Informação, Conhecimento e Sociedade e com Linha de Pesquisa em Informação, Memória e Sociedade.

Aos trinta e um dias do mês de maio de dois mil e vinte e três (31/05/2023), das quatorze horas às dezessete horas, na sala virtual do Google Meet, conectaram-se via videoconferência a banca examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação para avaliar a candidata ao Grau de Mestre em Ciência da Informação na Área de Concentração Informação, Conhecimento e Sociedade, a mestranda **ANA LÚCIA LEITE SANTOS**. A defesa ocorreu de forma remota, com acesso por meio do [link: meet.google.com/ifs-kgkx-wrv](https://meet.google.com/ifs-kgkx-wrv). A banca examinadora foi composta pelos(as) professores(as): Dra. Maria Cleide Rodrigues Bernardino – PPGCI/UFPB (Presidenta/Orientadora), Dra. Izabel França de Lima – PPGCI/UFPB (Examinadora Interna), Dr. Paulo Eduardo Silva Lins Cajazeira – UFPEL (Examinador Externo), Dra. Gracy Kelli Martins Gonçalves – PPGCI/UFPB (Suplente interna) e Dr. Denysson Axel Ribeiro Mota – UFCA (Suplente externo). Dando início aos trabalhos, a Professora Dra. Maria Cleide Rodrigues Bernardino, Presidenta da Banca Examinadora, explicou aos presentes a finalidade da sessão e passou a palavra ao(à) discente para que fizesse oralmente a apresentação do trabalho de dissertação intitulado: **ACESSO À INFORMAÇÃO PARA USUÁRIOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL EM BIBLIOTECAS PÚBLICAS DE JOÃO PESSOA: REALIDADE E DESAFIOS**. Após a apresentação, a candidata foi arguida na forma regimental pelos(as) examinadores(as). Respondidas todas as arguições, a Professora Dra. Maria Cleide Rodrigues Bernardino, Presidenta da Banca Examinadora, acatou todas as observações da banca e procedeu para o julgamento do trabalho, concluindo por atribuir-lhe o conceito:

(X)Aprovado ()Indeterminado ()Reprovado.

Observações da Banca: realizar revisão ortográfica e de digitação; atualizar a data na folha de rosto e a nota explicativa que se encontra com informações do projeto; incluir nas considerações finais as contribuições sociais da pesquisa para a CI e falar com relação com a agenda 2030.

Proclamados os resultados e encerrados os trabalhos, eu, a Professora Dra Maria Cleide Rodrigues Bernardino, Presidenta da Banca Examinadora, lavrei a presente ata que segue assinada por mim e pelos(as) participantes da banca, juntamente com os pareceres de avaliação da DISSERTAÇÃO e da defesa de dissertação do(a) mestrando(a), devidamente assinados por seus respectivos avaliadores e em formato digital.

João Pessoa, 31 de maio de 2023.

Documento assinado digitalmente
 MARIA CLEIDE RODRIGUES BERNARDINO
Data: 07/06/2023 16:40:43-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Profa. Dra. Maria Cleide Rodrigues
Bernardino**
Orientadora/Presidenta – PPGCI/UFPB

Documento assinado digitalmente
 IZABEL FRANCA DE LIMA
Data: 09/06/2023 09:37:23-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Izabel França de Lima
Examinadora Interna – PPGCI/UFPB

Documento assinado digitalmente
 PAULO EDUARDO SILVA LINS CAJAZEIRA
Data: 08/06/2023 10:42:36-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Prof. Dr. Paulo Eduardo Silva Lins
Cajazeira**
Examinador Externo– UFPEL

Documento assinado digitalmente
 ANA LUCIA LEITE SANTOS
Data: 07/06/2023 17:04:40-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Ana Lúcia Leite Santos
Mestranda

DEDICATÓRIA

Aos meus Pais, Edgar Leite e Maria Rita Dantas e meus irmãos: Jesualdo, Josenaide, Manoel Messias, Francisco, João Delfino, Juliano e Mariana, por me proporcionarem viver duas vidas em uma única existência.

Vocês me ensinaram como lutar, como não ser vítima e como acreditar que era possível. Nem sempre foi fácil, alguns dias ainda choramos. Mas está valendo a pena.

AGRADECIMENTOS

A Deus! Por nunca ter me abandonado.

Agradeço especialmente ao meu esposo Gilvan Anisio, aos meus filhos, Gabriel e Miguel Leite, pela companhia, parceria, paciência, amor, carinho e incentivo e por serem minha inspiração diária nesta caminhada.

A professora e orientadora Dra. Maria Cleide Rodrigues Bernardino, pelo apoio, ensinamentos, por me dar a liberdade de pensar, por sua paciência e compreensão ao longo desta trajetória.

A coordenação e a Secretaria do PPGCI/UFPB, pela disposição, atenção e estímulo. Ao corpo docente do PPGCI/UFPB.

Aos membros da banca, elos essenciais deste processo, com suas valiosas contribuições.

Aos discentes do PPGCI/UFPB, em especial a Giulianne Pereira e Edson Almeida, pelo apoio, cumplicidade e companheirismo.

As Bibliotecárias Tatiana Cavalcante, Nadgila Camilo e Severina Kátia, das Bibliotecas públicas, Augusto dos Anjos, Juarez da Gama Batista e da Dumerval Trigueiro Mendes, que contribuíram, com aportes fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa. Sou muito grata pelo entusiasmo, pelo encorajamento, ensinamento e o manifesto de fé, da bibliotecária Marília Mesquita, da Professora Isa Freire, das primas queridas Aldenoura Costa e Jeovana Nunes, do meu anjo guia Gizele Martins, dos estimados, Michell, Samara, Mirela, Jean, Melissa, Daniel, bem como dos magníficos bibliotecários da família: meu amado irmão Fran e os super biblioprimos Auxe, Heládio e Helô.

Aos que me apoiam e propiciaram meu caminhar, por todo amor, carinho, compreensão, incentivo e suporte: os da UEPB, principalmente os da Biblioteca Afonso Pereira, da Biblioteca do Pólo de Educação à Distância do Campus V, da Comissão Sistema Integrado de Bibliotecas Acessível, do Sistema Integrado de Bibliotecas (SIB), do Campus V Inclusivo, do Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, do NAI, da Comissão de Acessibilidade, do Instituto dos Cegos da Paraíba, do Instituto dos Cegos do Nordeste, da Associação Paraibana de Cegos, do Fórum Paraibano de Luta da Pessoa com Deficiência, da Rede Rebeca, da Rede de Leitura Inclusiva, do NEDESP da UFPB.

Aos demais amigos, familiares, que foram muito úteis de vários modos. e me fizeram acreditar que tudo daria certo. A todos vocês, meu amor e gratidão.

RESUMO

Aborda as práticas inclusivas para usuários com deficiência visual em bibliotecas públicas de João Pessoa, de modo a conhecer sua realidade e seus desafios. Tendo como objetivo geral, analisar a inclusão das pessoas com deficiência visual, através dos produtos e serviços prestados pelas bibliotecas públicas da cidade de João Pessoa, na Paraíba. E como objetivos específicos identificar nas Bibliotecas Públicas de João Pessoa, Paraíba, a acessibilidade física, do acervo e a acessibilidade atitudinal dos servidores do acervo, verificando se há formação dos bibliotecários e assistentes na orientação quanto ao uso dos equipamentos de acessibilidade; mapear na literatura científica e técnica as políticas, equipamentos e os instrumentos de apoio ao atendimento de usuários com deficiência visual; e contribuir para a discussão acerca do acesso à informação para usuários com deficiência visual em bibliotecas públicas. Investigando os desafios dos espaços socioambiental, dos produtos e dos serviços prestados pelas três bibliotecas cadastradas como pública na cidade de João Pessoa, junto ao Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), a Biblioteca Augusto dos Anjos; a Biblioteca Juarez da Gama Batista e a Biblioteca Dumerval Trigueiro Mendes. Metodologicamente buscamos desenvolver uma pesquisa exploratória-descritiva, conforme seus objetivos, com base em levantamento de dados. A investigação caracterizou-se na abordagem qualitativa, de natureza descritiva, constituindo-se como pesquisa de campo. Com ênfase nos resultados a respeito da realidade investigada, utilizamos a pesquisa aplicada. As técnicas e instrumentos empregados para a coleta de dados, e os procedimentos de análise utilizados foram, a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e a pesquisa participante, como suporte para a formação do referencial teórico. A coleta de dados realizou-se em duas etapas: a primeira através do levantamento bibliográficos sobre as três bibliotecas, a segunda, realizou-se a pesquisa de campo procedendo-se visitas às bibliotecas para aplicação de um questionário e da observação participante. O questionário foi aplicado com as bibliotecárias coordenadoras das bibliotecas públicas pesquisadas. As contribuições nortearam o caminho para responder a seguinte questão de pesquisa: Como criar as condições necessárias para o acesso à informação em bibliotecas públicas da cidade de João Pessoa aos usuários com deficiência visual? Desta feita, os dados dos questionários foram analisados e ajudaram a responder ao questionamento de pesquisa e atender aos objetivos propostos. Pelo cenário refletido, a pesquisa revela que as três bibliotecas públicas da cidade de João Pessoa, atualmente necessitam de melhores estruturas para atender usuários com deficiência visual. Acredita-se que tais contingências podem ser sanadas ou pelo menos amenizadas através do desenvolvimento de práticas de acessibilidade asseguradas pelo arcabouço legal brasileiro e através de algumas recomendações contidas neste estudo. Logo, apreendemos com esta pesquisa, que houve avanços significativos em relação ao marco legal, no que diz respeito a inclusão e acessibilidade dos usuários com deficiência visual nas bibliotecas públicas no Brasil. Porém, em relação as condições de acesso, o avanço ainda é praticamente inexistente. Romper as barreiras, principalmente as atitudinais, prever e prover as condições de acessibilidade, tanto física, comunicacional e informacional e criar alternativas para evitar atitudes excludentes, necessita que as leis sejam colocadas em prática, de investimentos em ações, em materiais adequados, em qualificação, em adequação arquitetônica e, principalmente, em investimentos em *práxis*, que combatam atitudes inadequadas e preconceituosas.

Palavras-chave: bibliotecas públicas; acervo acessível; usuários com deficiência visual; João Pessoa; acessibilidade; inclusão.

ABSTRACT

It addresses inclusive practices for visually impaired users in public libraries in João Pessoa, in order to understand their reality and challenges. With the general objective: to analyze the inclusion of people with visual impairments, through the products and services provided by public libraries in the city of João Pessoa, Paraíba. And as specific objectives: to identify in the Public Libraries of João Pessoa, Paraíba, the physical accessibility of the collection and the attitudinal accessibility of the servers of the collection, verifying if there is training of librarians and assistants in the orientation regarding the use of accessibility equipment; map in the scientific and technical literature the policies, equipment and instruments to support the care of visually impaired users; and contribute to the discussion about access to information for visually impaired users in public libraries. Investigating the challenges of socio-environmental spaces, products and services provided by the three libraries registered as public in the city of João Pessoa, with the National System of Public Libraries (SNBP): the Augusto dos Anjos Library; the Juarez da Gama Batista Library and the Dumerval Trigueiro Mendes Library. Methodologically, we sought to develop an exploratory-descriptive research, according to its objectives, based on data collection. The investigation was characterized by a qualitative approach, of a descriptive nature, constituting itself as field research. With an emphasis on the results regarding the investigated reality, we used applied research, the techniques and instruments employed for data collection, and the analysis procedures used were: bibliographical research, documental research and participant research, as support for the formation of the theoretical framework. Data collection was carried out in two stages: the first through a bibliographical survey on the three libraries, the second, a field research was carried out, proceeding with visits to the libraries for the application of a questionnaire and participant observation. The questionnaire was applied with the coordinating librarians of the researched public libraries. The contributions guided the way to answer the following research question: How to create the necessary conditions for visually impaired users to access information in public libraries in the city of João Pessoa? This time, the data from the questionnaires were analyzed and helped to answer the research question and meet the proposed objectives. From the scenario reflected, the research reveals that the three public libraries in the city of João Pessoa, currently need better structures to serve users with visual impairments. It is believed that such contingencies can be resolved or at least mitigated through the development of accessibility practices ensured by the Brazilian legal framework and through some recommendations contained in this study. Therefore, we learn from this research that there have been significant advances in relation to the legal framework, with regard to the inclusion and accessibility of visually impaired users in public libraries in Brazil. However, in terms of access conditions, progress is still practically non-existent. Breaking barriers, especially attitudinal ones, predicting and providing accessibility conditions, both physical, communicational and informational, and creating alternatives to avoid excluding attitudes, requires that laws be put into practice, investments in actions, in adequate materials, in qualification, in architectural adequacy and, mainly, in investments in praxis, which combat inappropriate and prejudiced attitudes.

Keywords: public libraries; accessible collection; visually impaired users; João Pessoa; accessibility; inclusion.

LISTA DE ABREVIATURAS

ADA	- American with Disabilities
CAMPUSVIN	- Campus V Inclusivo
CAP	- Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual
CAT	- Centro de Ajudas Técnicas
COMPED	- Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Com Deficiência
CONAE	- Conferência Nacional de Educação
EJA	- Educação de Jovens e Adultos
EUA	- Estados Unidos da América
FBN	- Fundação Biblioteca Nacional
FUNAD	- Fundação Centro Integrado de Apoio à Pessoa com Deficiência
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICPAC	- Instituto dos Cegos da Paraíba Adalgisa Cunha
IFLA	- Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias
INL	- Instituto Nacional do Livro
LB	- Lei Brasileira de Inclusão
LIBRAS	- Língua Brasileira de Sinais
MEC	- Ministério da Educação e do Desporto
NBR	- Norma Brasileira
OMS	- Organização Mundial de Saúde
ONU	- Organização das Nações Unidas
PcD	- Pessoas com Deficiência
PNLL	- Política Nacional de Leitura e Escrita
PPGCI	- Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
SEBP	- Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas
SECADI	- Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SEEPS	- Secretaria de Educação Especial
SNBP	- Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas
TIC	- tecnologias de Informação e Comunicação
UEPB	- Universidade Estadual da Paraíba
UFPB	- Universidade Federal da Paraíba
UNESCO	- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	- Módulo de Referência para circulação e manobra	30
Figura 2	- Reglete e Punção	37
Figura 3	- Máquina de Datilografia em Braille	38
Figura 4	- Impressora Braille	38
Figura 5	- Sistema Dosvox	47
Figura 6	- Teclado Braille	47
Figura 7	- Ambiente externo da Biblioteca Pública Augusto dos Anjos	59
Figura 8	- Ambiente externo da Biblioteca Pública Juarez da Gama Batista	60
Figura 9	- Ambiente externo da biblioteca Pública Estadual Dumerval Trigueiro	61
Figura 10	- Entrada da Biblioteca Pública Augusto dos Anjos	62
Figura 11	- Entrada da Biblioteca Pública Juarez da Gama Batista	63
Figura 12	- Entrada da Biblioteca Pública Estadual Dumerval Trigueiro	64
Figura 13	- Balcão da Biblioteca Pública Augusto dos Anjos	65
Figura 14	- Balcão da Biblioteca Pública Juarez da Gama Batista	66
Figura 15	- Balcão da Biblioteca Pública Estadual Dumerval Trigueiro	67
Figura 16	- Sinalização da Biblioteca Pública Augusto dos Anjo.	68
Figura 17	- Sinalização da Biblioteca Pública Juarez da Gama Batista	69
Figura 18	- Sinalização da Biblioteca Pública Estadual Dumerval Trigueiro	70

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	- Dimensões de acessibilidade de Sasaki	21
Quadro 2	- Sobre as condições de acessibilidade das bibliotecas	54
Quadro 3	- Sobre a capacitação da equipe de trabalho das bibliotecas	54
Quadro 4	- Sobre o conhecimento e disponibilização de tecnologias assistivas	55
Quadro 5	- Sobre as tecnologias de informação e comunicação	55
Quadro 6	- Sobre a acessibilidade do acervo das bibliotecas	56
Quadro 7	- Sobre a sinalização acessível nas bibliotecas	56
Quadro 8	- Entendimento sobre inclusão	57
Quadro 9	- Ações inclusivas promovidas pelas bibliotecas	57
Quadro 10	- Opinião a respeito das iniciativas dos servidores das bibliotecas	58
Quadro 11	- Atendimento ao direito à informação dos usuários com deficiência visual	58

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	PROBLEMATIZAÇÃO	14
1.2	HIPÓTESE	14
1.3	OBJETIVOS	15
1.4	JUSTIFICATIVA	15
2	CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO DA DEFICIÊNCIA VISUAL	19
2.1	AS BIBLIOTECAS PÚBLICAS	21
2.2	MARCO LEGAL DE ACESSIBILIDADE PARA AS BIBLIOTECAS PÚBLICAS	26
2.3	RETROSPECTIVA HISTÓRICA DAS POLÍTICAS DE ACESSO À INFORMAÇÃO PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO BRASIL	36
2.4	TECNOLOGIAS ASSISTIVAS E SERVIÇOS PARA USUÁRIOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS	42
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	49
3.1	CAMPO DA PESQUISA	51
3.1.1	Apresentação Biblioteca Pública Augusto dos Anjos	51
3.1.2	Apresentação Biblioteca Pública Juarez da Gama	52
3.1.3	Apresentação Biblioteca Pública Dumerval Trigueiro Mendes	52
4	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	53
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
	REFERÊNCIAS	75
	APÊNDICES	86
	APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO	87
	APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO	89
	APÊNDICE C - PROGRAMAS, APLICATIVOS E DOCUMENTOS GRATUITOS	91
	ANEXO	92
	ANEXO A - PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA NA PESQUISA	93

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a educação das pessoas com deficiência visual vem ganhando ênfase a partir das leis, decretos e políticas focadas nos direitos das pessoas com deficiência. Sendo assim, o maior desafio consiste no pleno desenvolvimento dos educandos, através de intensas renovações curriculares e pedagógicas, com o efetivo respeito às diferenças.

Com base no ‘Manual da Boa Visão do Conselho Brasileiro de Oftalmologia’ (CONSELHO BRASILEIRO DE OFTALMOLOGIA, 1998, p. 5), podemos constatar que “numerosas condições são conhecidas que podem produzir deficiência de funcionamento da visão”. Qualquer alteração nesse sentido pode comprometer, se não houver as adaptações necessárias, em maior ou menor extensão, o desenvolvimento das aptidões intelectuais e psicomotoras, interferindo na vida escolar e profissional daquele que possui uma deficiência visual.

Estabel e Moro (2011), em seu texto sobre o processo da leitura na família, na escola e na biblioteca através das tecnologias de informação e de comunicação e a inclusão social das pessoas com necessidades educacionais especiais, nos dizem que no espaço da escola, a biblioteca como ambiente de aprendizagem deve propiciar o acesso universalizado para todos por meio de propostas de ações de inclusão digital, social e informacional, através da leitura e superando as barreiras de acessibilidade dessas pessoas (ESTABEL; MORO, 2011).

Cumpra aos profissionais da informação, repensem a possibilidade de eliminar barreiras de espaço e infraestrutura em suas bibliotecas, de modo a integrar seus usuários sem restrições, maximizando recursos e abrindo as portas para uma biblioteca sem fronteiras. As barreiras são muitas e de vários tipos, inclusive as barreiras tecnológicas. Malheiros e Cunha (2018), ressaltam a relevância do papel da biblioteca e dos profissionais de Biblioteconomia, como produtores de materiais acessíveis, que facilitem o acesso à informação. E como “o cenário do processo de inclusão social das pessoas com deficiência no Brasil tem evoluído e sido mais debatido. Trabalhos têm surgido cada vez mais na literatura da Ciência da Informação” (MALHEIROS; CUNHA, 2018, p. 156). É nesse contexto, que pretendemos pesquisar o estado da arte no que diz respeito às práticas inclusivas para usuários com deficiência visual em bibliotecas públicas de João Pessoa, de modo a conhecer sua realidade e seus desafios.

1.1 PROBLEMATIZAÇÃO

Visto que as pessoas com deficiência visual fazem parte de nossa sociedade, espera-se que, além do cumprimento das leis, normas e recomendações pertinentes ao apoio a essas pessoas, também se promova a inclusão social por meio da educação e do uso da informação, facilitando a todos a promoção das relações de aprendizagem, produção de informação e conhecimento a partir do espaço da biblioteca pública.

Com este direcionamento, a presente pesquisa tem o intuito de responder ao seguinte problema: **Como criar as condições necessárias para o acesso à informação em bibliotecas públicas da cidade de João Pessoa aos usuários com deficiência visual?**

Para tanto, serão levados em consideração aspectos como: a acessibilidade dos acervos, o conhecimento focado nos usuários com deficiência visual, os aplicativos e metodologias de tecnologias assistivas, que são ou podem ser utilizados nas bibliotecas para qualificar os seus produtos e serviços de forma a atender aos usuários com deficiência visual.

1.2 HIPÓTESE

De acordo com Pupo e Martins (2014, p. 3), na busca da informação para uso acadêmico “muitos alunos com deficiência iniciam uma atividade de pesquisa na universidade e são barrados pela inexistência de uma infraestrutura adequada”. Michels e Souza (2002), concordam com as autoras, e afirmam que a reduzida literatura que abrange este aspecto corrobora para o agravamento do problema. Ademais, estudo com esse propósito “demonstra pouco investimento inclusive por parte dos pesquisadores, todavia reflete a exclusão vivenciada por este grupo minoritário” (MICHELS; SOUZA, 2002, p. 235).

Observamos estar frente a uma área de pesquisa pouco explorada e de inestimável interesse social, considerando a perspectiva de inclusão de pessoas com deficiência visual no universo da sociedade da informação.

A hipótese levantada por esta pesquisa, é de que as condições de acessibilidade à informação para usuários com deficiência visual em bibliotecas públicas na cidade de João Pessoa, ainda é um grande desafio.

Ocasionada pela falta de acessibilidade. Configurando-se como barreira no acesso à informação. Uma das formas de minimizar este cenário pode dar-se através de ações diretas das bibliotecas, neste caso, das públicas, no fornecimento de materiais alternativos diversos, que

contribua para este fim. Em consonância com o pensamento de Malheiros e Cunha (2018, p. 155), acredita-se que a “redução do abismo intelectual depende, entre outros fatores, do papel da biblioteca e dos profissionais da informação como produtoras de materiais alternativos e facilitadoras de seu acesso”.

1.3 OBJETIVOS

Em consonância com a problemática apresentada, tem-se como objetivo geral: analisar a inclusão das pessoas com deficiência visual, através dos produtos e serviços prestados pelas bibliotecas públicas da cidade de João Pessoa, na Paraíba. E como objetivos específicos:

- a) Identificar nas Bibliotecas Públicas de João Pessoa, Paraíba, a acessibilidade física, do acervo e a acessibilidade atitudinal dos servidores do acervo, verificando se há formação dos bibliotecários e assistentes na orientação quanto ao uso dos equipamentos de acessibilidade.
- b) Mapear na literatura científica e técnica, as políticas, equipamentos e os instrumentos de apoio ao atendimento de usuários com deficiência visual;
- c) Contribuir para a discussão acerca do acesso à informação para usuários com deficiência visual em bibliotecas públicas.

1.4 JUSTIFICATIVA

Pupo e Martins (2010, p. 23), considerando o importante papel que exerce a biblioteca, enquanto agente mediador entre o conhecimento disponível e o usuário que a partir da informação obtida poderá gerar um novo conhecimento ou produto afirmam que:

É imperiosa a reflexão sobre a função social da biblioteca, no sentido de contribuir ao cumprimento das leis, normas e recomendações pertinentes às pessoas com deficiência que anseiam pela oportunidade de pesquisar, aperfeiçoar e gerar novos conhecimento.

Visto que a razão de ser de uma biblioteca são os usuários, a mediação para o encontro entre estas partes se dá pela atividade denominada de ‘serviço’. Para Volpato, Borenstein e Silveira (2003, p. 10), “[...] uma biblioteca funciona como elo de ligação entre o universo da produção intelectual registrada e as necessidades de informações de seus usuários”. Percebemos assim, que a gestão eficaz das bibliotecas públicas no mundo contemporâneo constitui um grande desafio, principalmente no que diz respeito a sua capacidade de prestação de serviços.

Segundo Azevedo (2012), na Paraíba, a problemática do acesso à informação por parte dos usuários com deficiência visual ainda é um desafio praticamente intocado no círculo das bibliotecas públicas, inclusive as bibliotecas universitárias, assim como na maior parte dos serviços responsáveis pela produção e distribuição da informação. Os usuários com deficiência visual, quando iniciam uma atividade de pesquisa na universidade, são ‘barrados’ pela inexistência de uma infraestrutura adequada.

Diante do exposto e da experiência de trabalho da pesquisadora há mais de 20 anos, com estudantes com deficiência visual na Paraíba, com início em 1997, que proponho esta pesquisa. Minha experiência congrega atividade no turno da manhã ao Instituto dos Cegos da Paraíba Adalgisa Cunha (ICPAC), e no turno da tarde à Fundação Centro Integrado de Apoio à Pessoa com Deficiência (FUNAD). No ICPAC com atuação desde janeiro de 1997, o que imprime uma longa trajetória de trabalho nesta instituição. Desenvolvi atividades como: Professora das séries iniciais; Diretora escolar; Vice-presidente de 2012 a 2016; Bibliotecária; e no período de 2015 a 2017 junto ao projeto de extensão ‘A Biblioterapia e Leitura Crítica para a Formação da Cidadania’.

Colaborei também com a pesquisa ‘Conhecendo a Paraíba nas Pontas dos Dedos’ nos principais pontos turísticos do estado da Paraíba, com alunos do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Compus o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (COMPED), em João Pessoa, como representante titular de 2013 a 2015. Onde participamos de ações de acompanhamento, monitoramento, avaliação e fiscalização das políticas destinadas as pessoas com deficiência, por meio de articulações e diálogo com diversas instâncias de controle social.

Na Fundação Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência (FUNAD) trabalhei de janeiro de 1997 a dezembro de 2007, no Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual (CAP), com a produção do livro didático em Braille, com oficinas e cursos de capacitação de professores, na EJA com alunos com deficiência e familiares e como Professora de informática de alunos com deficiência. Em 2018, na Biblioteca Juarez da Gama Batista da Fundação Espaço Cultural, organizamos o setor Braille. Desde janeiro de 2008 atuo com a disponibilização de Informação Acessível para Usuários com Deficiência no Sistema de bibliotecas da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), colaborando também com o Projeto Rede de Produção e Adaptação de Materiais Informativos, com a Comissão SIB Acessível, com a Rede Brasileira de Estudos e Conteúdos Adaptados (REBECA), com a Rede de Leitura Inclusiva da Fundação Dorina Nowill para Cegos, com o Projeto Braillevy e desde

janeiro de 2019 comecei a contribuir também com o projeto de extensão CAMPUSVIN - Campus V Inclusivo, até o presente.

A partir dessa trajetória, pude vivenciar e obter inúmeros aprendizados relevantes e muitas são as questões que me desperta para o estudo. Através da graduação em Biblioteconomia, na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), desenvolvemos a pesquisa: ‘Ambientação da Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba: conforto térmico e climático’, em que fizemos um estudo de medição interna da temperatura e umidade daquele ambiente, observamos vários problemas sentidos e ali existentes, apontamos as causas e sugerimos soluções pertinentes.

Na Faculdade Integrada de Patos (FIP), cursando Especialização em Psicopedagogia, desenvolvemos a pesquisa: ‘Psicopedagogo como orientador de professores do Braille em escolas inclusivas de João Pessoa’, em que foi analisado o papel do psicopedagogo na formação do professor do Sistema Braille, desenvolvendo a compreensão de abordagens teórico metodológicas da psicopedagogia de forma a contribuir para a realização de uma prática educativa orientada para a produção do conhecimento, do ensino, tendo por referência a realidade educacional dos alunos, oferecendo ao professor subsídios para contribuir e participar ativamente da escolarização do aluno com deficiência visual.

Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), cursei a Especialização em Bibliotecas Escolares e Acessíveis, ocasião em que desenvolvemos a pesquisa: ‘A utilização das tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para o acesso à leitura dos alunos do Instituto dos Cegos da Paraíba Adalgisa Cunha’. Os resultados foram analisados de maneira qualitativa, apoiados em pesquisa bibliográfica, buscando relatar as contribuições das TIC no ensino dos alunos. Os mesmos nos mostraram que as TIC quando utilizadas de forma adequada contribui com a construção da leitura, bem como no processo de ensino aprendizagem, e na inclusão social dos alunos com deficiência visual.

No Curso de Formação em Serviço de Professores em Informática na Educação Especial do Ministério da Educação (MEC), desenvolvemos a pesquisa, ‘Conhecendo a Paraíba nas Pontas dos Dedos’, partindo da necessidade de que crianças cegas necessitam conhecer os conteúdos curriculares da forma mais concreta possível.

De 2020-2023, através do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da UFPB, com a pesquisa de Mestrado, ‘Acesso à informação para usuários com deficiência visual em Bibliotecas Públicas de João Pessoa: realidade e desafios’, envidamos esforços para contribuir com a inclusão social dos usuários com deficiência visual nas Unidades

de Informação. Concebemos, que a pesquisa se configura como relevante do ponto de vista pessoal, social, científico/acadêmico e institucional. Espera-se, que as reflexões formuladas a partir da sua conclusão possam contribuir com novos elementos teóricos para a geração de conhecimentos específicos acerca de ‘Políticas de Acesso e Práticas Inclusivas para Usuários com Deficiência Visual em Bibliotecas Públicas’.

Albuquerque, Sousa e Guimarães (2015), asseguram que a acessibilidade e a organização da informação são temáticas debatidas na Ciência da Informação com a finalidade de proporcionar avanços significativos em todas as áreas que a abrange, principalmente beneficiando usuários que possuem barreiras que os impedem de chegar até a informação.

Conhecendo as ações sociais do PPGCI/UFPB, que trabalha no sentido de colaborar para o estabelecimento de uma ordem social onde o cidadão possa viver dignamente, podendo exercer plenamente seus direitos e deveres, é que escolhemos desenvolver esta pesquisa.

2 CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO DA DEFICIÊNCIA VISUAL

O conceito de deficiência, passa por significados que carregam alguns valores de ordem moral associados à eficiência da pessoa na sociedade. Sobre esta afirmação Gil (2000, p. 5), afirma que “A ênfase recai no que falta, na limitação, no ‘defeito’, gerando sentimentos como desprezo, indiferença, chacota, piedade ou pena”. Esses sentimentos dificultam muitas vezes na inclusão das Pessoas com Deficiência (PcD), em atividades diárias em conformidade com suas competências, habilidades e potencialidades. A inclusão é uma construção social e como tal, requer a interpretação e a sensibilidade voltada para ações e políticas públicas visando o acesso e a participação efetiva das pessoas nos diversos segmentos da sociedade.

O Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência, conceitua, em seu Art. 3º, deficiência como “[...] toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano” (BRASIL, 1999a, online). E a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015:

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015a, online).

Esta pesquisa aborda especificamente a deficiência sensorial, do tipo visual. O termo deficiente visual pode ser aplicado para as pessoas com baixa visão ou com cegueira. A perda da visão pode ser estudada da seguinte forma: perdas das condições anatômicas, fisiológicas ou funcionais do aparelho ocular. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), cegos são aqueles que apresentam acuidade visual abaixo de 0,05 (5%) no melhor olho, com melhor correção; e serão considerados os de baixa visão aqueles que apresentarem acuidade visual entre 0,03 - 30% até a projeção da luz, após correção máxima feita por tratamento e/ou correção refracional com lentes comuns.

Gil (2000, p. 6) afirma que “Os graus de visão abrangem um amplo espectro de possibilidades: desde a cegueira total, até a visão perfeita, também total. A expressão ‘deficiência visual’ se refere ao espectro que vai da cegueira até a visão subnormal”.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), segundo dados do censo de 2010, existem no Brasil cerca de aproximadamente 35.791.488 pessoas com deficiência visual. Na Paraíba 822.813 e em João Pessoa existem 716.042.

Sassaki (2006), afirma que no processo de inclusão discute-se dois modelos de deficiência que são o social e o médico. O modelo médico declara a deficiência como doença. Enquanto no modelo social de deficiência, “[...] os problemas das pessoas com deficiência não estão nela tanto quanto estão na sociedade” (SASSAKI, 2006, p. 45). Nesse sentido, o autor afirma que os problemas gerados pela sociedade causam incapacidade ou desvantagem no desempenho social da pessoa com deficiência e orienta a eliminar as barreiras causadoras destes problemas para que elas possam ter acesso a “[...] serviços, lugares, informações e bens necessários ao seu desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional” (SASSAKI, 2006, p. 45).

O processo de inclusão passa por barreiras sociais que abrangem aspectos variados. Essas barreiras reforçam estereótipos, preconceitos e discriminações. O Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, em seu Art. 8º considera acessibilidade como a

[...] condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2004, online).

E barreiras como:

[...] qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação, classificadas em: a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público; b) barreiras nas edificações: as existentes no entorno e interior das edificações de uso público e coletivo e no entorno e nas áreas internas de uso comum nas edificações de uso privado multifamiliar; c) barreiras nos transportes: as existentes nos serviços de transportes; e d) barreiras nas comunicações e informações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos dispositivos, meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa, bem como aqueles que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação (BRASIL, 2004, online).

Sassaki (2012), apresenta as sete dimensões da acessibilidade: a atitudinal, a arquitetônica, a comunicacional, a instrumental, a metodológica, a programática e as naturais.

Quadro 1 - Dimensões de acessibilidade de Sassaki

Dimensão	Refere-se
Atitudinal	À percepção do outro sem nenhum tipo de estereótipo ou preconceito, compreende uma convivência sem barreiras, sem estigmas ou discriminação.
Arquitetônica	É a inexistência de barreiras internas e externas.
Comunicacional	À eliminação de barreiras na comunicação escrita, virtual e interpessoal. Engloba desde o cuidado com termos em desuso até com o uso de fontes mais legíveis e tamanhos no texto escrito e possibilidade de uso de LIBRAS.
Instrumental	A inexistência de barreiras quanto aos instrumentos e ferramentas de estudo. Pressupõe a adaptação de material didático, utilização de aparelhos, equipamentos, utensílios e uso de Tecnologia Assistiva.
Metodológica	A eliminação de barreiras quanto aos métodos, técnicas e teorias. Pressupõe o uso de novas metodologias na execução de serviços; instruções baseadas nas inteligências múltiplas; uso de todos os estilos de aprendizagem; novos conceitos de aprendizagem e de avaliação de conhecimentos e habilidades etc.
Programática	A atenção e a atualização dos Programas, Regimentos, Regulamentos, Portarias, Projetos Pedagógicos, Normas etc., a fim de eliminar barreiras invisíveis embutidas e que possam impossibilitar ou dificultar a participação plena da pessoa com deficiência.
Naturais	Quando o local em que foi construído o equipamento, em seu próprio terreno, oferece barreiras naturais que dificultam a circulação das pessoas com deficiência. Um exemplo são árvores ou a natureza diversa como vegetação ou rios, fazem parte da arquitetura do espaço.

Fonte: Sassaki, 2012.

Para as pessoas com deficiência visual as dimensões da acessibilidade de Sassaki (2012) auxiliam quanto ao desenvolvimento de políticas de inclusão nos espaços, sobretudo, quando se fala em um ambiente como as bibliotecas públicas que pressupõem o atendimento a todas as pessoas que delas queiram fazer uso.

A seguir trata-se sobre as bibliotecas públicas e as políticas de acesso à informação para as pessoas com deficiência visual no Brasil.

2.1 AS BIBLIOTECAS PÚBLICAS

Conforme o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), o tipo de biblioteca existente é definido pelos serviços, funções oferecidas, pelo público-alvo e vínculo institucional. Como seja: Biblioteca Nacional, Universitária, Escolar, Comunitária, Especializada, Centro de Referência e a Biblioteca Pública, como instrumento de transformação, centro de informação, patrimônio histórico e cultural da humanidade que é o foco do nosso estudo. As bibliotecas públicas são mantidas pelos municípios, Estados, Distrito Federal ou governo federal, são as instituições culturais mais comuns presente no maior número de municípios brasileiros. Fonseca (2007, p. 56), afirma que a categoria das bibliotecas

Públicas, “[...] é a mais importante de todas as categorias, pois, além de seus objetivos específicos, pode complementar as atribuições das demais categorias e até, como serviços adequados, substituir algumas delas, como a infantil e a escolar”.

Seu conceito, vem se desenvolvendo a partir da primeira versão do Manifesto da UNESCO para bibliotecas públicas, publicado em 1949, que, conclui que as bibliotecas públicas são um dos meios mais eficientes para se adquirir, organizar e pôr à disposição de todos, publicações informativas e educativas, além de estarem em condições de adquirir o melhor material para satisfazer um fim determinado em uma comunidade ou uma região, pois tem a possibilidade de escolher entre os meios mais diversos (MANIFESTO DA UNESCO DA BIBLIOTECA PÚBLICA, 1949). Seu conceito destacava a sua função em relação ao ensino e caracterizando-a como centro de educação popular.

Em 1972 é publicado a versão revisada do texto em que conceitua a biblioteca pública como uma instituição democrática voltada para a educação, o ensino, a cultura e a informação. Principal meio para dar a todo mundo livre acesso aos registros do pensamento e das ideias do homem e às expressões de sua imaginação criativa, como força viva a serviço do ensino, da cultura e da informação é também um instrumento indispensável para o fomento da paz e a compreensão entre as pessoas e entre as nações (MANIFESTO DA UNESCO DA BIBLIOTECA PÚBLICA, 1972). Na década de 1980, com a vinculação da informação e comunicação ao desenvolvimento das sociedades, o uso dos computadores e das novas tecnologias de informação e comunicação nas bibliotecas, surgem as redes de bibliotecas e passa-se a refletir sobre uma atualização do conceito de biblioteca pública e de suas funções na sociedade (BIBLIOTECA PÚBLICA, 2000). É importante frisar que na década de 1990, iniciam-se as discussões sobre a Sociedade da Informação, alavancada pela revolução tecnológica que afetou a vida cotidiana e as rotinas de trabalho nas bibliotecas. Assim, em 1994 é publicada a terceira versão do Manifesto da IFLA/UNESCO para bibliotecas públicas cuja ênfase é no compromisso com a democratização do acesso às novas tecnologias. Nesta versão, é apresentada doze missões da biblioteca pública que se relacionam com informação, alfabetização, educação e cultura.

Também o Manifesto da IFLA/UNESCO, destaca a importância da biblioteca pública para a sociedade como porta de entrada para o conhecimento, um local que ofereça oportunidades básicas para uma construção permanente da aprendizagem e a disseminação da cultura (MANIFESTO DA IFLA/UNESCO PARA A BIBLIOTECA PÚBLICA, 1994). Acrescentando que: [a biblioteca pública] é uma instituição criada, mantida e financiada pela comunidade, seja por meio local, regional ou nacional, seja por meio de outra forma de

organização da comunidade. Ela proporciona acesso ao conhecimento, à informação, à educação permanente e as obras da imaginação por meio de uma variedade de recursos e serviços, e se coloca à disposição, de modo igualitário, a todos os membros da comunidade, independente de raça, nacionalidade, idade, gênero, religião, língua, dificuldade física, condição econômica e nível de escolaridade (KOONTZ; GUBBIN, 2012).

Vinte e oito anos depois, em 2022, é publicada uma versão atualizada do Manifesto que conclama a biblioteca pública como uma força ativa para a promoção da educação, da cultura, da inclusão e da informação, conceituando-a como um agente essencial para o desenvolvimento sustentável, para o desenvolvimento da paz e do bem-estar espiritual de todos os indivíduos da sociedade (MANIFESTO DA BIBLIOTECA PÚBLICA IFLA/UNESCO, 2022). Foram atualizadas as missões-chave da biblioteca pública, que além da informação, alfabetização e educação, acrescentaram-se a inclusão e a participação cívica e cultural e que através de suas ações e serviços, compactuados pelas missões-chave, possam contribuir de forma significativa para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (MANIFESTO DA BIBLIOTECA PÚBLICA IFLA/UNESCO, 2022).

Segundo Pereira (2012), as bibliotecas públicas têm a sua origem no século XIX, século de revoluções e de mudanças político-econômicas, de ascensão do liberalismo e da classe burguesa. Mudanças que vão gerar alterações sociais e culturais decisivas. Com a educação generalizou-se o hábito de leitura, difundiu-se o prazer da arte e da música. De uma forma progressiva, ao longo deste século vai-se contrapor à noção do indivíduo como súdito, a ideia do indivíduo cidadão. Esta nova visão do indivíduo no contexto social e político coloca a tônica na importância da alfabetização, da cultura e da educação que, por sua vez, impulsiona o desenvolvimento da imprensa e da literatura e o mercado editorial. É, portanto, neste contexto de democratização da educação e do acesso à informação que surgem as primeiras bibliotecas ditas públicas (PEREIRA, 2012). A forma como as bibliotecas se impõe institucionalmente em cada realidade sociocultural e política é diferente de país para país, de cultura para cultura (PEREIRA, 2012).

No Brasil, Suaiden (1979), afirma que já se pensava na criação de bibliotecas públicas desde 1808. Entretanto, foi em 1810 que surge a primeira biblioteca pública, com a transferência da Biblioteca Real da coroa portuguesa, que se deu em três momentos distintos, iniciando em 1810 e finalizando em 1811 (SCHWARCZ, 2002). Lessa (2021, p. 27) afirma que, “A vinda da família real ao Brasil e, conseqüentemente, de sua biblioteca possibilitou a reflexão da sociedade da época sobre a necessidade de criação de uma biblioteca popular e aberta ao público”. Oficialmente, em 1825, após a assinatura do Tratado de Paz e Amizade, foi

que a referida biblioteca, passou a pertencer ao Brasil. E em 1948, tornou-se a Biblioteca Nacional, sendo regulamentada em 7 de abril de 2004, pelo Decreto no 5.038 como Fundação Biblioteca Nacional (BETTENCOURT, 2014). Consolidando-se atualmente como uma das dez maiores bibliotecas nacionais do mundo e se caracterizando como a instituição que possui o maior acervo documental do Brasil (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, [2019]).

A Biblioteca Pública do Mosteiro de São Bento na Bahia, é considerada também como a primeira biblioteca pública brasileira. Criada em 1811 por Pedro Gomes Ferrão Castelo Branco, um rico senhor de engenho, a partir do projeto plano para o estabelecimento de uma biblioteca pública na Cidade de São Salvador (MORAES, 1979). Suaíden (2000, p. 52) afirma que este projeto, elaborado por Castelo Branco, é considerado o primeiro “[...] projeto na história do Brasil com o objetivo de facilitar o acesso ao livro, mostrando, dessa forma, uma grande preocupação com a área da educação”.

Lessa (2021, p. 28), afirma que esta biblioteca “pode ser considerada uma fênix”, por em vários momentos de sua história ter sofrido “[...] fenômenos externos e circunstâncias de cunho administrativo para que se estabelecesse física e socialmente”. Passou por várias instalações e espaços, desde a Casa do Senado, na Praça 13 de maio e o Supremo Tribunal de Justiça, na rua Chile, até o antigo Palácio do Governo, atual Palácio Rio Branco, em 1912, ano em que foi bombardeada, reduzindo seu acervo para quase 300 exemplares (AZEVEDO, 2012 *apud* BESSA, 2021). Em 1919 ganhou a primeira sede própria na Praça Tomé de Souza, e foi comparada à *Public Library* de Nova Iorque, que lamentavelmente foi destruída em 1961 por um incêndio. Em 5 de novembro de 1970, inaugura sua segunda sede própria, localizada à rua General Labatut, no bairro dos Barris, a qual permanece até os dias atuais (SOARES *et al.*, 2011). Seu fundador, Castelo Branco, também orientou para que a configuração das bibliotecas públicas existentes no Brasil, fossem voltadas à instrução do povo brasileiro. Porém, esta configuração seguiu o padrão das bibliotecas criadas nos EUA e na Inglaterra. Como afirma Oliveira (1994, p. 21),

[...] não houve qualquer adaptação à realidade brasileira. Era comum para a elite da época guiar-se pelo modelo de cultura estrangeira, o que se refletiu na caracterização dos acervos das bibliotecas públicas, compostos em sua totalidade por coleções eruditas que continham livros clássicos, em francês e inglês, limitando, desta forma, o acesso de leitores que não dominavam tais idiomas.

Somente com o movimento do grupo de artistas, modernismo brasileiro em favor da renovação e transformação da cultura brasileira na Semana de Arte Moderna de 1922, é que se buscou estruturar uma cultura com uma identidade nacional nas bibliotecas públicas brasileiras. Quando se originou através da Lei nº 2.836, de 25 de fevereiro de 1925, a Biblioteca Municipal

de São Paulo, inaugurada em 14 de janeiro de 1926 (ASSIS, 2013). Em 1960, passou a se chamar Biblioteca Mário de Andrade, e é hoje uma das mais importantes bibliotecas públicas do Brasil. Visando o aperfeiçoamento do funcionamento destas bibliotecas, criou-se, em 1936, o curso superior em Biblioteconomia pela prefeitura de São Paulo (ASSIS, 2013).

Ao longo dos anos o modelo de biblioteca pública passou por diversas transformações e, para Moraes (1979) a concepção de biblioteca aberta ao público teve a contribuição efetiva do modelo norte-americano e da cultura universal. Sobre o acesso aberto Suaiden (1980, p. 2) aponta que,

O livre acesso ao conhecimento registrado é pré-requisito para a formação de comunidades autoconscientes, integradas na cultura de sua nação, ajustadas ao seu tempo e aptas a encontrar o equilíbrio na síntese das ideologias possíveis, que tornam tão variadas as opções de vida na sociedade contemporânea.

Neste mesmo sentido, Jaramillo e Montoya Ríos (2005, p. 30), afirmam que a biblioteca pública tem um caráter social e sua “[...] finalidade é possibilitar o livre acesso à informação, registrada em um suporte documental, que responda a um critério de seleção e aquisição, para satisfação de necessidades no plano educativo, informativo, cultural e de uso do tempo livre”. Notadamente, as bibliotecas públicas, a partir de seu caráter social, que inclui ações do plano educativo, cultural e informativo, direcionam seus produtos e serviços para o exercício da cidadania e da qualidade de vida da sua comunidade. É colocar a biblioteca onde o povo está, como afirma Almeida Júnior (2021, p. 121),

Biblioteca não é refúgio, é envolvimento, é imbricamento, é relação com o mundo, com a sociedade, com a história. A biblioteca pública, como a alternativa e a biblioteca parque, são hoje móveis. Elas devem estar onde estão o celular das pessoas. Elas devem estar onde o povo está. Qualquer biblioteca que permaneça restrita ao seu espaço físico reproduz a biblioteca pública tradicional. É preciso mais para ser transformadora. Ela tem que estar na escola, na igreja, na sede dos movimentos organizados da população, no rádio, no WhatsApp, no Facebook e em tudo o mais que surgir no âmbito virtual.

Pensar em acompanhar as mudanças significativas do tempo no campo da informação, é dever da biblioteca pública, que possa contribuir para a transformação da vida de seus usuários, atendendo as suas necessidades informacionais que se apresentam de diferentes formas e formatos. A comunidade usuária é diversa e assim também são suas necessidades de informação. Para que a biblioteca pública alcance seus objetivos e missão transformadora e protagonista das pessoas, é preciso que ela própria se transforme e atue em relação dialógica com a sua comunidade. Como afirma Almeida Júnior (2021, p. 121): “A biblioteca deve ser um espaço de resistência - de resistência cultural, de resistência educacional, de resistência informacional. A biblioteca deve estar ao lado do povo”.

A concepção moderna de biblioteca pública foi construída e está sendo construída pela sua história e mudanças nas dinâmicas informacionais. Não se pode esquecer que instituições como o Instituto Nacional do Livro (INL), criado em 1939 e extinto em 1990, no Governo Collor de Mello, tinha a responsabilidade de promover o desenvolvimento das bibliotecas públicas. O INL foi o primeiro órgão coordenador do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) e após a sua extinção o SNBP foi transferido para a Fundação Biblioteca Nacional (FBN).

Esse Sistema foi criado formalmente através do Decreto Presidencial nº 520, do dia 13 de maio de 1992 (BRASIL, 1992). O SNBP atua vinculado às bibliotecas públicas estaduais e estas, por sua vez, se relacionam dentro de suas esferas estaduais com as bibliotecas municipais (SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS, 2019).

Essas bibliotecas estão responsáveis pela disponibilização e socialização da informação para todas as pessoas que dela necessitem. Para Bernardino e Suaiden (2011, p.38), é preciso que as bibliotecas públicas estejam atentas para,

[...] oferecer serviços com base na igualdade de acesso para todos, sem distinção, disponibilizar serviços e materiais específicos, dispor ainda de documentos adequados às necessidades de todos. Precisa, sobretudo, compreender seu valor e missão perante a sociedade, funcionando como um espaço sociocultural, que dispõe de produtos e serviços informacionais para a comunidade em geral e possuir em seu acervo uma ampla gama de assuntos em múltiplos suportes.

Assim, é prioritário para as bibliotecas públicas o planejamento de serviços de informação acessíveis para atender também as necessidades informacionais dos usuários com deficiência, visto que, uma biblioteca acessível é aquela que oferece condições de acesso para todos onde, seus produtos e divulgação disponibilizados pelo serviço de referência devem ser construídos dentro do conceito universal para alcançar todos os usuários. Se a equipe que dirige a biblioteca tem uma visão inclusiva, as atividades serão direcionadas nesse sentido e o produto será também inclusivo atendendo a todos (CUNHA; MALHEIROS, 2018, p. 17).

2.2 MARCO LEGAL DE ACESSIBILIDADE PARA AS BIBLIOTECAS PÚBLICAS

Na contemporaneidade, os principais movimentos e ações nacionais e internacionais que foram e estão sendo realizados quanto ao aspecto legal em relação ao processo de acessibilidade, inclusão e dos direitos constitucionais da pessoa com deficiência para as bibliotecas públicas brasileiras, ainda resultam em escassas práticas, no que diz respeito a promoção da inclusão e a valorização da diversidade. Ishikawa e Belluzzo (2013, p. 161), apontam que, “[...] a necessidade de estabelecer políticas públicas para fortalecer os

mecanismos de acesso de informação para pessoas com deficiência visual e promover a inclusão social e digital como forma de diminuir as desigualdades e barreiras existentes”, para garantir o direito de acesso e uso da informação pelas pessoas com deficiência visual.

Para muitos, no atual mundo globalizado da Sociedade da Informação, as bibliotecas públicas despontam como o único equipamento sociocultural disponível. Porém, seu acesso só será disponível às pessoas com deficiência se houver condições de acessibilidade. Gonzalez (2002) diferencia biblioteca adaptada da biblioteca acessível, a biblioteca adaptada é aquela que segue as regras do desenho acessível, com rampas, banheiros adaptados, sinaleiras Braille, entre outras. A biblioteca acessível é a que disponibiliza a informação em qualquer suporte e provê acesso a todas as pessoas que dela necessitem, ou seja, segue os princípios do desenho universal e promovem o acesso democrático e acessível à informação. Por serem consideradas equipamentos culturais, elas estão no âmbito das políticas públicas do governo federal. Conforme ressalta Teixeira (2002) políticas públicas são diretrizes e princípios norteadores de ação do poder público junto à sociedade. Envolvem regras e procedimentos e mediações entre os atores sociais e o Estado.

Nesse caso, são “[...] políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos” (TEIXEIRA, 2002, p. 2). Por conseguinte, ações afirmativas derivadas de políticas públicas de acessibilidade decorrentes da legislação (leis, decretos, normas e portarias) têm-se efetivado nas diferentes instâncias do poder público visando efetivar as prescrições legais. Desse modo, as pessoas com deficiência que por tanto tempo viveram a margem da história, deveriam ser ouvidas e atendidas por meio de leis e políticas públicas nos diferentes espaços sociais, principalmente nos espaços das Bibliotecas Públicas. Nessa perspectiva, vale ressaltar políticas que dão sustentação para tais ações, dentre elas:

A Implantação do Instituto Nacional do Livro (INL) em 1937, no governo Vargas, que para Oliveira (1994, p. 188-190),

[...] suas principais contribuições foram: a) a expansão da biblioteca pública no Brasil a partir de sua incorporação à agenda governamental; b) o crescimento dos acervos das bibliotecas públicas no período de 1937 a 1963 e c) o desenvolvimento dos cursos superiores em Biblioteconomia no Brasil.

A criação do Serviço Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) e do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas (SEBP) pelo INL, no final da década de 70. Para Suaiden (1979, p. 14), “foi nesse período que a biblioteca pública brasileira passou a fazer parte das políticas de governo em prol da educação e cultura”.

Na década de 80 algumas leis, decretos e normas começaram a ser criadas para regulamentar, integrar e promover a igualdade e acessibilidade, como asseguram Paula e Maior (2008), ao afirmar que a política de inclusão social das pessoas com deficiência existe desde a Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), que originou a Lei 7.853 (BRASIL, 1989), posteriormente regulamentada pelo Decreto 3.298 (BRASIL, 1999). Esses documentos somados a outros, destacando-se as Leis 10.048 e 10.098, de 2000 (BRASIL, 2000a; 2000b) e o Decreto 5.296 (BRASIL, 2004) que é “[...] conhecido, como o decreto da acessibilidade, coloca o Brasil em posição de igualdade com o ideário da Convenção da ONU” (PAULA; MAIOR, 2008, p. 21). Contudo, a Constituição Federal de 1988 tem assegurado o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos.

Outro marco significativo foi as normas da ONU sobre a equiparação de oportunidades para pessoas com deficiência, especificamente, a Resolução nº 48 (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1996) e a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Específicas (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994) que originou a Declaração de Salamanca e em 2006 na Assembleia Geral, a ONU estabeleceu a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência que tem como objetivo “proteger e garantir o total e igual acesso a todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência, e promover o respeito à sua dignidade” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2006, online). No Brasil, esta convenção foi incorporada à legislação em 2008 pelo decreto legislativo nº 186 (BRASIL, 2008) e nº 6.949 (BRASIL, 2009) como emenda constitucional nos termos do artigo 5º, parágrafo 3º da Constituição brasileira. Outros avanços, como a Declaração de Salamanca sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educacionais especiais da ONU, promulgada em 1996, declarando o direito de todos conviverem num mesmo espaço, assegurando as pessoas com necessidades especiais, terem o direito de ir e frequentar qualquer lugar (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1996). Assim como os estabelecimentos deverá ter as suas estruturas físicas modificadas e os seus funcionários capacitados para atenderem a todas as pessoas (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1991).

Outro marco importante, foi a Declaração de Santo Domingo, resultante da Conferência Mundial sobre Ciência realizada, em Santo Domingo, em 1999, com o tema: a ciência para o Século XXI: uma visão nova e uma base de ação, contribuiu para a reflexão sobre o papel da ciência no processo de informação e inclusão (DECLARAÇÃO DE SANTO DOMINGO, 1999).

O Decreto no 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamenta a Lei no 7.853, em seu artigo 53, estabelecendo que: as bibliotecas, os museus, os locais de reuniões, conferências, aulas e outros ambientes de natureza similar disporão de espaços reservados para pessoa que utilize cadeira de rodas e de lugares específicos para pessoa portadora de deficiência auditiva e visual, inclusive acompanhante, de acordo com as normas técnicas da ABNT, de modo a facilitar-lhes as condições de acesso, circulação e comunicação (BRASIL, 1999a). E a Portaria nº 1.679, de 2 de dezembro de 1999, que dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições (BRASIL, 1999b).

As políticas de igualdade, que são garantidas pela Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000, destaca a acessibilidade como uma questão de direito ao cidadão, bem como assegura a todas as pessoas as condições para o exercício da cidadania e autonomia (BRASIL, 2000b).

Em 2012, as diretrizes da IFLA para o projeto de biblioteca pública (KOONTZ; GUBBIN, 2012, p. 51), orienta que as bibliotecas novas atendam os seguintes requisitos:

a) de a entrada ser claramente visível e situada na parte do edifício mais frequentada pelos usuários; b) de se eliminar possíveis barreiras que atrapalhem o uso da biblioteca; c) de não existir qualquer elemento no projeto que impeça a alguém ou a grupo, de se utilizar de alguma parte da biblioteca; d) de se evitar se construir escadas internas ou no exterior; e) dos níveis de iluminação estarem ajustados às normas nacionais e às internacionais; f) de estar previstos elevadores próximos à entrada e adaptados para cadeiras de rodas e carrinhos de bebê; g) de dotar de cestas grandes os carros dos usuários das bibliotecas; h) de se organizar um sistema de devolução de materiais para quando a biblioteca estiver fechada, com caixas de correio resistentes a roubos e a água; i) de, periodicamente se fazer revisão da acessibilidade para confirmar de que não surgiram barreiras que dificultem o uso da biblioteca; e j) de, na medida do possível, as normas locais, nacionais e internacionais sobre a acessibilidade dos edifícios públicos serem cumpridas.

O Decreto nº 3.956, de 8 de outubro (BRASIL, 2001) promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência (DECLARAÇÃO DE GUATEMALA, 1999) foi um documento importante para a reflexão e atualização da NBR 9050, que em 1994, publica uma revisão da antiga versão de 1985, dez anos depois, em 2004, publica a sua terceira versão e em 2015, a norma vigente, atualizando e revogando a anterior. É importante frisar que a ABNT publicou em 3 de agosto de 2020, a Ementa nº 1, com 69 páginas que revisou parte do conteúdo da NBR 9050/2015 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2020).

A NBR 9050 elaborada pelo Comitê Brasileiro de Acessibilidade (ABNT/CB-40), pela Comissão de Edificações e Meio 28 (CE-40:001.01), tem como objetivo, estabelecer critérios e parâmetros técnicos a serem observados no momento da construção, instalação e adaptação

de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRAS DE NORMAS TÉCNICAS, 2015).

Para bibliotecas e centros de leitura, a norma disponibiliza as seguintes orientações:

a) Pelo menos 5%, com no mínimo uma das mesas deve ser acessível.

b) A distância ideal entre estantes do acervo deve ser de no mínimo 0,90m de largura.

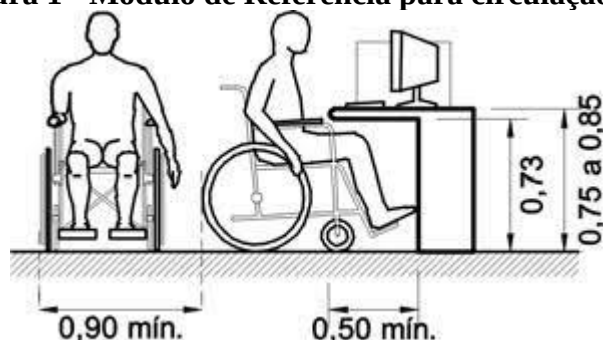
Nos corredores entre as estantes do acervo de livros, a cada 15m, deve haver um espaço que permita a manobra da cadeira de rodas.

c) A altura das prateleiras deve atender às faixas de alcance manual e os parâmetros visuais do usuário em cadeira de rodas (cadeirantes).

d) As mesas de estudo ou superfícies para trabalhos manuais devem possuir altura livre inferior de no mínimo 0,73m do piso. Deve ser garantido um M.R. (módulo de referência) posicionado para a aproximação frontal, possibilitando avançar sob as mesas ou superfícies até no máximo 0,50m. Deve ser reservado um espaço livre para circulação de pessoas medindo 0,90m de área para manobra e acesso às mesmas.

e) Os balcões de atendimento ao usuário devem ser acessíveis a P.C.R., devendo estar localizados em espaços de fácil acesso e com metragem adequada onde a parte da superfície do balcão, deverá ter uma extensão de no mínimo 0,90m, como também deve possuir altura de no máximo 0,90m do piso.

Figura 1 - Módulo de Referência para circulação e manobra



Fonte: NBR 9050 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2015, p. 136).

Deve ser garantido um M.R. posicionado para a aproximação frontal ao balcão que deverá medir altura livre inferior de no mínimo 0,73m do piso e profundidade livre inferior de no mínimo 0,30m.

A Política Nacional do Livro (PNL), instituída pela lei 10.753 de 31 de outubro de 2003, que no Art. 1º, inciso XII, assegura às pessoas com deficiência visual o acesso à leitura quer seja na modalidade impressa em Braille, em meio digital, magnético e ótico, cabendo ao Poder

Executivo implementar programas anuais para manutenção e atualização de bibliotecas públicas, universitárias e escolares (BRASIL, 2003).

Em 2004, com o Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro, as Leis nº 10.048, que dá prioridade de atendimento às pessoas com deficiência e nº 10.098, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências, são regulamentadas. No ano seguinte, a Declaração de Alexandria (DECLARAÇÃO DE ALEXANDRIA, 2005) estabelece a compreensão sobre competência em informação no cerne do aprendizado ao longo da vida.

O Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), instituído em 2006 que se estrutura em quatro eixos: democratização do acesso; fomento à leitura e à formação de mediadores; valorização do livro e comunicação; e desenvolvimento da economia do livro, contribuiu sobremaneira, para a instituição de políticas de livro e leitura mais inclusivas.

A Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada no Brasil pelo Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008, com *status* de norma constitucional, que empregou o termo ‘pessoa com deficiência’, em substituição aos termos: ‘deficiente’, ‘portador de deficiência’, ‘portador de necessidades especiais’, deu um passo importantíssimo para minimizar a discriminação e o preconceito no país. Mais tarde, em 2017, a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, publica um documento atualizado (BRASIL, 2017). No seu artigo 30, item 1, decreta que os “Estados Partes reconheçam o direito das pessoas com deficiência de participar na vida cultural, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, e tomarão todas as medidas apropriadas para que as pessoas com deficiência possam ter acesso a bens culturais em formatos acessíveis”; e no item 3, determina que os “Estados Partes deverão tomar todas as providências, em conformidade com o direito internacional, para assegurar que a legislação de proteção dos direitos de propriedade intelectual não constitua barreira excessiva ou discriminatória ao acesso de pessoas com deficiência a bens culturais” (BRASIL, 2008a, online).

No Brasil, o Decreto Federal nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007 (BRASIL, 2009). E a Portaria do Ministério das Comunicações nº 466, de 30 de julho de 2008 que determina que o Poder Público deve promover a eliminação de barreiras na comunicação e estabelecer mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação às pessoas com deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação para garantir-lhes o direito, entre outros, de acesso à informação, à comunicação, à cultura e ao lazer (BRASIL, 2008b).

No âmbito do livro e da leitura, é criada a Secretaria Nacional do Livro e Leitura (SLL), em 1999, que em 2002 elaborou o Cadastro Nacional de Bibliotecas (CNB), que permitiu mapear a “realidade das bibliotecas brasileiras; cadastrar todas as categorias de bibliotecas; emitir certificado para as bibliotecas cadastradas e criar o catálogo virtual de bibliotecas brasileiras certificadas, com consulta online” (PAIVA, 2008, p. 87)

O Plano Nacional da Cultura, instituído pela Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010, tinha o objetivo de orientar o desenvolvimento de programas, projetos e ações culturais que garantam a valorização, o reconhecimento, a promoção e a preservação da diversidade cultural existente no Brasil, foi uma contribuição relevante para editais de modernização e revitalização de acervos, com vistas à valorização da cultura e diversidade cultural (BRASIL, 2010).

No ano seguinte, através do Decreto nº 7.559, de 1º de setembro, a acessibilidade em bibliotecas de acesso público, atentando para a disponibilização e utilização de tecnologias assistivas e do fomento à pesquisa nas áreas do livro e da leitura, foi enfatizada e com isto, um importante passo para disponibilização de políticas com vistas à dotação de orçamento para equipar as bibliotecas públicas com tecnologias e dispositivos de inclusão (BRASIL, 2011a).

A Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA) no seu ‘Código de Ética para bibliotecários e outros profissionais da informação’ (KOONTZ; GUBBIN, 2012) contribui para o entendimento do exercício da profissão de forma mais plural e abrangente, ao recomendar que a missão principal dos bibliotecários é:

Assegurar o acesso à informação para todos no sentido de seu desenvolvimento pessoal e educacional, enriquecimento da cultura, lazer, atividade econômica, participação informada e reforço da democracia. Para a promoção da inclusão e radicação da discriminação, devem ser rejeitadas a restrição do acesso à informação e a censura; os serviços ofertados deverão ser gratuitos e os usuários conscientes da sua existência e disponibilidade, sendo assegurado que os websites das bibliotecas obedeçam aos padrões internacionais de acessibilidade (KOONTZ; GUBBIN, 2012, p. 2-3).

Outro marco fundamental foi o Decreto nº 7.724, de 16 de maio (BRASIL, 2012) que regulamentou a Lei nº 12.527, de 18 de novembro (BRASIL, 2011b), que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do *caput* do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição. A regulamentação é importante para garantir os direitos previstos na lei que, por interpretação ou mesmo má fé, possa não ser cumprida à contento.

Não se pode esquecer de mencionar o Tratado de Marraqueche, firmado em 28 de junho de 2013, cujo texto foi aprovado através do Decreto Legislativo nº 261, de 25 de novembro de 2015, para facilitar o acesso a obras publicadas para pessoas com deficiência visual, ou outras deficiências, que democratiza o acesso ao livro (BRASIL, 2015b); e a Declaração de Lyon sobre o acesso à informação e desenvolvimento (DECLARAÇÃO DE LYON, 2014), que

estabelece um compromisso internacional para uso da agenda de desenvolvimento pós-2015, constando em seus princípios que o direito à informação é transformacional. A declaração reconhece que a erradicação da pobreza está vinculada ao desenvolvimento sustentável, devendo este ocorrer em uma estrutura pautada em direitos humanos em que a “desigualdade seja reduzida mediante a capacitação, educação e inclusão de grupos marginalizados, incluindo mulheres, povos indígenas, minorias, imigrantes, refugiados, pessoas com deficiência, idosos, crianças e jovens” (DECLARAÇÃO DE LYON, 2014, p.1).

A Conferência Nacional de Educação de 2014 em seu documento final estabelece, como uma de suas proposições, a garantia de condições adequadas de acessibilidade a todas as instituições públicas de educação, bem como a garantia de criação, renovação e manutenção das bibliotecas com espaços, acervos e profissionais habilitados para a formação de leitores, inclusive oferecendo tecnologia digital no atendimento às pessoas com deficiência (CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2014).

Em 2015 é criada a Lei nº 13.146, de 6 de julho que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, conhecida também como o Estatuto da Pessoa com Deficiência, a qual foi “[...] destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (BRASIL, 2015a, online). Esta lei também prevê que a concepção de produtos, ambientes, programas e serviços devem atender aos princípios do desenho universal, que permite “serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva” (BRASIL, 2015a, online).

Esta lei, em seu artigo 3º, define desenho universal como “[...] concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistivas” (BRASIL, 2015a, online). E no artigo 68, assegura que,

O poder público deve adotar mecanismos de incentivo à produção, à edição, à difusão, à distribuição e à comercialização de livros em formatos acessíveis, inclusive em publicações da administração pública ou financiadas com recursos públicos, com vistas a garantir à pessoa com deficiência o direito de acesso à leitura, à informação e à comunicação (BRASIL, 2015a, online).

Outro importante documento que pode orientar as bibliotecas no atendimento à todas as pessoas, é a Agenda 2030, que é um pacto global, plano de ação para um mundo melhor e corresponde à um conjunto de programas, ações e diretrizes que orientarão os trabalhos das Nações Unidas e de seus países membros rumo ao desenvolvimento sustentável (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015). São 17 Objetivos de Desenvolvimento

Sustentável (ODS) e 169 metas e em seu ODS 4, meta 4.5, afirma que é “necessária a construção e melhorias das instalações físicas que sejam, dentre outros aspectos, apropriadas e sensíveis às deficiências e ao gênero, proporcionando ambientes de aprendizagem seguros e inclusivos para todos” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 23).

A base da Agenda 2030 é a máxima de “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”. A IFLA publicou um documento com orientações sobre como as bibliotecas podem contribuir com a Agenda 2030, que orienta que “As bibliotecas junto a outros organismos e a sociedade civil tem um papel importante em monitorar o processo e certificar-se que os governos estejam completamente a altura dos ODS” (FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES BIBLIOTECÁRIAS, 2015, p. 12).

Outro documento importante para o atendimento às pessoas com deficiência visual é a NBR 16537 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2016) sobre acessibilidade e sinalização tátil no piso, suas diretrizes para elaboração de projetos e instalação. Relevante documento orientador para espaços informacionais, como as bibliotecas. Sobre estas orientações e outras no sentido de bibliotecas inclusivas, o Ministério da Cultura publicou, em 2016, um Manual orientador para o fortalecimento de bibliotecas acessíveis e inclusivas (FORTALECIMENTO DE BIBLIOTECAS ACESSÍVEIS E INCLUSIVAS, 2016).

A Política Nacional de Leitura e Escrita, Lei nº 13.696, de 12 de julho de 2018 é sancionada, conhecida como Lei Castilho, que assegurou ao Estado brasileiro o compromisso de se criar um novo PNLL periodicamente, traçando e estabelecendo metas e ações para o livro, leitura, literatura e biblioteca no país. Em seu art. 1º, determina que: “fica instituída a Política Nacional de Leitura e Escrita como estratégia permanente para promover o livro, a leitura, a escrita, a literatura e as bibliotecas de acesso público no Brasil” (BRASIL, 2018, online). No seu Parágrafo Único assegura que a,

Política Nacional de Leitura e Escrita será implementada pela União, por intermédio do Ministério da Cultura e do Ministério da Educação, em cooperação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e com a participação da sociedade civil e de instituições privadas (BRASIL, 2018, online).

Estas leis, decretos, referências, acordos, manifestos, diretrizes nacionais e internacionais, políticas públicas, são referenciais que oferecem as bibliotecas públicas subsídios e ferramentas destinados a eliminar barreiras e promover a acessibilidade, tanto nos ambientes físicos, como nos espaços virtuais e em outros meios de disponibilização da informação. Tendo em vista que, conforme a IFLA, as bibliotecas e os serviços de informação são instituições que deveriam conectar as pessoas aos recursos globais de informação,

disponibilizar a riqueza da expressão humana e a diversidade cultural nos meios de comunicação, e proporcionar à comunidade o acesso aos conteúdos da internet. Além disso, seria de sua responsabilidade atender a todos os membros de suas comunidades, independentemente de idade, raça, nacionalidade, religião, cultura, afiliação política, incapacidade física ou de outra natureza, gênero ou orientação sexual, ou qualquer outra condição.

As bibliotecas devem apoiar o direito dos usuários de buscar a informação desejada e respeitar a privacidade, assim como reconhecer a confidencialidade das informações por eles obtidas, promovendo o acesso público à informação de qualidade e à sua comunicação, oferecendo aos usuários orientação para que possam usar as fontes e os serviços de informação de sua escolha (KOONTZ; GUBBIN, 2012). Como constatamos, estas bibliotecas públicas, têm amparo legal e precisam disponibilizar seus produtos e serviços com acessibilidade para que haja a inclusão dos usuários com deficiência. Para tanto, os que fazem as bibliotecas públicas, devem se manterem atentos, para que as metas propostas para as bibliotecas sejam cumpridas e que estas sejam efetivamente mecanismos para a conquista da cidadania.

Faz-se necessário, ultrapassar a fronteira das discussões, implementando ações, respeitando as singularidades, atendendo as demandas, através de atendimento humanizado, disseminação seletiva da informação, como também disponibilizando espaços físicos e equipamentos acessíveis para o atendimento desta demanda, atendendo a legislação vigente e oportunizando a convivência de todos dentro do mesmo recinto em uma biblioteca de fato pública, respeitando as individualidades com equiparação de oportunidades democrática para todos.

2.3 RETROSPECTIVA HISTÓRICA DAS POLÍTICAS DE ACESSO À INFORMAÇÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO BRASIL

No contexto atual, com o intuito de melhor compreendermos as políticas voltadas para a inclusão das pessoas com deficiência visual no Brasil, que constitui o escopo de nossa pesquisa, abordaremos Bobbio (1987), com o entendimento da necessidade da criação do contrato social e das primeiras manifestações do surgimento do Estado. E faremos uma retrospectiva histórica das políticas de acesso à informação para as pessoas com deficiência visual.

Durante muito tempo as pessoas com deficiência foram abordadas e tratadas como dependentes de assistência, caridade, proteção e de tutela. Não recebiam educação formal, eram rotuladas como impedidas ou inválidas, classificadas socialmente como as atípicas e inaptas para atividades produtivas. Essa visão lhes legou uma história de marginalização orgânica, funcional e social, sendo-lhes negados seus direitos civis, pessoais e sociais.

Conforme os estudos de Mantoan (1999), somente a partir do século XVII e, principalmente XVIII, junto com o Iluminismo, é que começou a se cogitar da necessidade das pessoas com deficiência visual terem oportunidade de serem atendidas educacionalmente, utilizando-se de meios próprios para sua condição específica de aprendizagem. Até aí, aos cegos era vedado o acesso à leitura, devido a barreiras de ordem perceptiva sensorial, interpretadas como resultantes de limitações de ordem cognitiva intelectual por filósofos e pensadores de respeitabilidade. Segundo as reflexões de Facion (2005), a primeira escola para cegos foi fundada em 1784, em Paris, por Valentin Haüy, o Instituto Real dos Jovens Cegos.

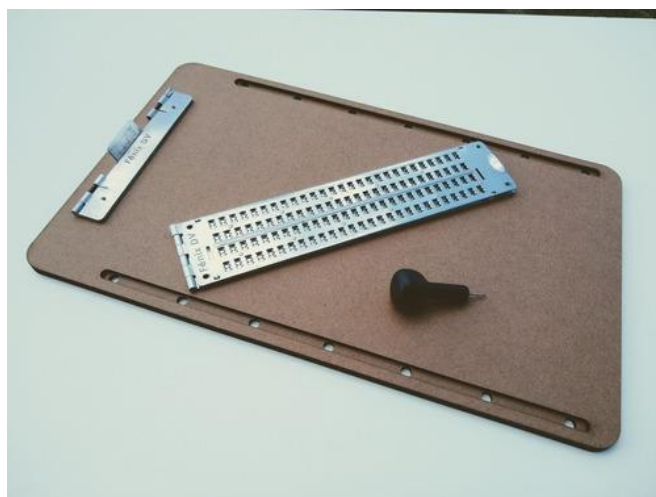
Somente em 1819, um antigo oficial do exército de Napoleão, o Capitão Charles Barbier de la Serre, levou o sistema sonográfico de leitura e escrita formado de pontos, para reconhecimento tátil, chamado de leitura noturna, para comunicação à noite, de pequenas mensagens entre oficiais e soldados em campanha para ser experimentado no instituto de Haüy. Na época, Luís Braille com 10 anos era um dos alunos matriculado na escola de Haüy. Interessou-se pelo método de Barbier, e se dedicou ao estudo, à análise, à pesquisa e à identificação dos aspectos positivos e negativos do sistema. Braille alterou o número de pontos de 12 para 6, estruturou um código com 63 variáveis, atribuindo valores simbólicos a esses sinais, para que fossem utilizados na literatura, na música, na aritmética.

Em 1829, Luís Braille publicou o processo para escrever as palavras, a música e o cantocho por meio de pontos para uso dos cegos. Em 1837, fez uma edição com forma definitiva e em 1854, dois anos após sua morte, em 6 de janeiro de 1852, houve a oficialização do sistema Braille na França. Até o aparecimento do referido sistema, em 1825, os cegos não tinham acesso à escrita e leitura (FACION, 2005).

Luís Braille nasceu em Coupvray, uma pequena aldeia a leste de Paris, em 4 de janeiro de 1809. Aos três anos, brincando com uma soveia e um pedaço de couro, na selaria do pai, acidentou-se e perdeu a visão. O aparelho de escrita usado por Luís Braille consistia em uma prancha, uma régua sobreposta com duas linhas com janelas correspondentes às ‘celas’ Braille, que se encaixam pelas extremidades laterais, o que permite à pessoa cega, pressionando o papel com uma punção, escrever os pontos em relevo. Modernamente, as regletes têm variação de modelos e de materiais e são largamente utilizadas pelos cegos. Na reglete, escreve-se o Braille

da direita para a esquerda na sequência normal de letras ou símbolos. A leitura é feita naturalmente da esquerda para a direita. Conhecendo-se a numeração dos pontos correspondentes a cada símbolo, torna-se fácil a leitura, ou escrita em regletes, que pode tornar-se tão automática quanto à escrita com lápis, diferenciando-se quanto ao desgaste físico.

Figura 2 - Reglete e Punção



Fonte: https://http2.mlstatic.com/D_NQ_NP_806269-MLB31306628371_072019-O.webp

Além da reglete, o Braille pode ser produzido através de máquinas especiais de datilografia, de 7 teclas, cada tecla corresponde a um ponto e a do meio, ao espaçamento. O toque de uma ou mais teclas simultaneamente produz a combinação dos pontos em relevo, obtendo-se os símbolos desejados. Neste caso, o Braille é escrito da esquerda para a direita, podendo ser lido sem ser retirado o papel da máquina. Há diversos tipos de máquina de datilografia Braille, tendo sido a primeira delas inventada por Frank H' Howe, em 1892, nos EUA.

Figura 3 - Máquina de Datilografia em Braille



Fonte: Fundação Dorina (2018). Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/fundacaodorina/photos/descrição-da-imagem-foto-de-pietro-na-sala-de-aula-com-as-mãos-sobre-uma-máquina/2025112207545378/>

Outros recursos importantes são as impressoras Braille, que produzem livros em série, tais equipamentos permitem a escrita do Braille em matrizes de metal. A escrita feita dos dois lados da matriz permite a impressão do Braille nas duas faces do papel, o Braille interpontado. Os pontos são dispostos de tal forma, que os impressos de um lado não coincidem com os pontos da outra face, não interferindo no desenvolvimento da leitura e com um aproveitamento melhor do papel, reduzindo-se o volume dos livros impressos.

Figura 4 - Impressora Braille



Fonte: Dorinateca (2019). Disponível em: https://www.dorinateca.org.br/agora/doc.cfm?id_doc=2071&id_artigo=1277324&listaHome=6

De acordo com os estudos de Silva (2001) constatamos que, a oportunidade de educar o cego no Brasil surgiu do idealismo de José Álvares de Azevedo, que nasceu no Rio de Janeiro, em 1834. Cego desde a primeira infância foi para a França aos dez anos para estudar. Regressou em 14 de dezembro de 1850, trazendo o ideal de criar no Brasil uma escola para pessoas com deficiência visual. E assim, o Brasil foi o primeiro país da América Latina a implementar uma escola para cegos. Durante mais de 50 anos, esta escola foi à única que desenvolveu atividades educativas para todos os estudantes cegos do país. No dia 17 de setembro de 1854, foi inaugurado o Imperial Instituto dos Meninos Cegos. Após a Proclamação da República, o Governo mudou o nome do Imperial Instituto dos Meninos Cegos para o de Instituto Benjamin Constant, em homenagem ao professor e diretor da Instituição, Benjamin Constant, patrono da República Brasileira. Para dar início aos trabalhos da escola, o Governo do Império mandou adquirir na França, os primeiros equipamentos e materiais especializados, livros em Braille, inclusive a primeira Gramática transcrita em Língua Portuguesa, máquina de escrever (atuais regletes), punções, máquinas especiais para montagem de uma oficina. A produção de livros em Braille, no Brasil, começou a ser feita com a instalação, em 1863, de uma tipografia, origem da atual Imprensa Braille do Instituto Benjamin Constant, cuja transcrição se fazia manualmente, letra por letra, com tipos Braille na composição das páginas, antes de ir para o prelo. Ganhou maior projeção com o primeiro livro em Braille, impresso em 1950 ‘História de Minha Vida’, de Helen Keller (SILVA, 2001). Vinte anos depois, o ator Estênio Garcia gravou o primeiro livro falado, ‘O Coronel e o Lobisomem’. No início da década de 70, a Fundação Dorina ampliou o processo de gravação e distribuição em fitas cassete especiais do livro falado, priorizando obras literárias.

Lemos e Cerqueira (1996), evidenciam este desenvolvimento com o registro do surgimento da primeira biblioteca Braille no Brasil, denominada Louis Braille. Segundo os autores, foi uma iniciativa privada, criada na cidade de Belo Horizonte no ano de 1939, com objetivo de produzir livros não didáticos, cuja produção era feita por voluntários. Nesse mesmo ano, foi inaugurada a nova Imprensa Braille do Instituto Benjamin Constant, que, a partir dos anos quarenta, intensificou sua produção de livros didáticos e literários e em 1946, na cidade de São Paulo, foi criada a Fundação para o Livro do Cego no Brasil, hoje Fundação Dorina Nowill para Cegos.

A imprensa Braille informatizada teve lugar no Brasil a partir de 1985, quando a Fundação Dorina obteve do governo alemão uma impressora computadorizada que, por carência de suporte técnico, só passou a funcionar a partir de 1989. Só depois de 50 anos de história, início do século XX, é que começaram a surgir as primeiras instituições educacionais

para cegos e as primeiras de caráter profissional e de assistência. Dentre elas, destacaram-se: o Instituto de Cegos de Pernambuco (Instituição pública), em 1926; em Belo Horizonte, Instituto Padre Chico (Instituição privada); em 1928, em São Paulo.

Além dessas instituições de caráter educacionais, surgiram também as primeiras voltadas para a profissionalização, trabalho e assistência como Escola Profissional para Cegos, em 1908, Liga de Proteção de Cegos, em 1920 e União dos Cegos no Brasil, em 1925, todas na cidade do Rio de Janeiro. A partir daí foram surgindo outras instituições em todo território nacional. Na Região Nordeste, na cidade de Salvador, Bahia, em 1929; em Fortaleza, Ceará, em 1941; em João Pessoa na Paraíba, em 1944; na Região Sul, na cidade de Curitiba, Paraná, em 1939 e em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, em 1941.

Com base na evolução da educação do deficiente visual no Brasil, podemos situá-la dentro do contexto da educação especial em duas grandes fases: a primeira, de iniciativas assistemáticas da Educação Especial de 1850 a 1960; e a segunda, da institucionalização da Educação Especial de 1961 até os dias atuais.

O período de iniciativas assistemáticas da Educação Especial teve como marco inicial a fundação do Instituto Benjamim Constant, em 1854, dando origem de fato a educação dos cegos no Brasil, neste mesmo ano o Sistema Braille foi oficializado na França.

Só em 1950, cem anos após o início da educação de cegos no Brasil é que foram iniciadas as primeiras experiências de alunos cegos na escola comum, ensino integrado. Até então, só havia atendimentos nos internatos das instituições, escolas residenciais, ensino segregado. Como afirma Nowill (1996, p. 27), “Foi um passo inicial, real, concreto e objetivo para que a educação de cegos se integrasse como um processo dentro da própria educação brasileira”.

Em relação aos primeiros movimentos nacionais em prol da deficiência e educação inclusiva, o Brasil criou em 1993 o ‘Plano Decenal de Educação para Todos com objetivo de ser um instrumento na luta pela recuperação da educação básica do País’. Em 2014 foi aprovada a Lei 13.005, de 25 de junho, o Plano Nacional de Educação, que estabelece diretrizes para o desenvolvimento da educação no país e orienta a política educacional brasileira por meio de 20 metas a serem cumpridas até 2024 (BRASIL, 2014).

Em relação ao direito e a acessibilidade das pessoas com deficiência visual à leitura no Brasil, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 assegura a igualdade de gêneros e direitos sociais ao afirmar no Art. 5º “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza” (BRASIL, 1988, online). Como mencionado na seção anterior, a Política

Nacional do Livro, que foi instituída pela lei 10.753 de 31 de outubro de 2003 e no Art. 1º, inciso XII,

[...] assegura às pessoas com deficiência visual o acesso à leitura quer seja na modalidade impressa em Braille, em meio digital, magnético e ótico, cabendo ao Poder Executivo implementar programas anuais para manutenção e atualização de bibliotecas públicas, universitárias e escolares (BRASIL, 2003).

E a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) ou Lei nº 13.146, que define acessibilidade no seu Art. 3º, como:

[...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2015a, online).

Note-se que, conforme o texto, é condição para a acessibilidade a possibilidade de alcance e utilização do serviço ou recurso a ser acessado, com segurança e autonomia. Assim, compreendemos que, para que a acessibilidade à leitura ocorra, são necessárias medidas que proporcionem justamente a possibilidade de acesso a materiais bibliográficos com autonomia.

Nessa perspectiva, faz-se necessária a produção de livros em formatos acessíveis e a disponibilização através de serviços que também apresentem condições de acessibilidade aos usuários desses materiais. A Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, traz, entre as suas exceções, a autorização para a produção de obras protegidas por direitos autorais no Sistema Braille ou em outro formato acessível, desde que para uso exclusivo de pessoas com deficiência visual, como se observa:

Art. 46. Não constitui ofensa aos direitos autorais: I - a reprodução: d) de obras literárias, artísticas ou científicas, para uso exclusivo de deficientes visuais, sempre que a reprodução, sem fins comerciais, seja feita mediante o sistema Braille ou outro procedimento em qualquer suporte para esses destinatários (BRASIL, 1998, online).

Assim, a LBI reafirma o direito ao acesso de pessoas com deficiência a obras intelectuais e veda a sua recusa, ainda que por alegação de proteção ao direito intelectual:

Art. 42. A pessoa com deficiência tem direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, sendo-lhe garantido o acesso: I - a bens culturais em formato acessível; § 1º É vedada a recusa de oferta de obra intelectual em formato acessível à pessoa com deficiência, sob qualquer argumento, inclusive sob a alegação de proteção dos direitos de propriedade intelectual (BRASIL, 2015a, online).

Consideramos o direito de todos ao acesso ao conhecimento, à informação e à leitura, de inquestionável relevância para a formação do sujeito, como também a diversidade que constitui os seres humanos e a consequente necessidade de iniciativas diversas que visem à promoção de igualdade de acesso para todos, aspecto em que se enquadram as possibilidades de transcrição/tradução de material bibliográfico para formatos acessíveis e a sua

disponibilização em bibliotecas, ações que funcionam como respostas às condições diversas vivenciadas pelos estudantes que não podem ter acesso direto ao material impresso, e que se encontram amparadas em documentos oficiais (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2005, 2008; BRASIL, 1998, 2011, 2014, 2015).

Para que a acessibilidade à leitura ocorra para os usuários com deficiência visual, são necessárias medidas que proporcionem justamente a possibilidade de acesso a materiais bibliográficos com autonomia. Portanto, faz-se necessária a produção de livros em formatos acessíveis e a disponibilização através de serviços que também apresentem condições de acessibilidade aos usuários desses materiais.

Logo, acreditamos ser prioritário para as bibliotecas o planejamento de serviços de informação acessíveis para atender as necessidades informacionais dos estudantes com deficiência visual, visto que uma biblioteca acessível é aquela que oferece condições de acesso para todos, onde os produtos, serviços e divulgações devem ser construídos dentro do conceito universal de acessibilidade.

2.4 TECNOLOGIAS ASSISTIVAS E SERVIÇOS PARA USUÁRIOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS

Para Gonzalez (2002), existem, entre países desenvolvidos e em desenvolvimento diferenças significativas, quanto à criação de serviços e capacitação para a comunidade com deficiência. Nos primeiros a legislação existe, é conhecida e respeitada pela sociedade. Nos países em desenvolvimento existem, mas quase não são conhecidas e/ou respeitadas.

Sobre esta temática, Cambiaghi e Bonilha (2016, p. 209) afirmam que:

[...] os recursos tecnológicos criam condições para que se minimizem ou se removam algumas dessas barreiras ambientais, de modo a prover aos usuários mais autonomia e, por conseguinte, maior qualidade de vida e participação social. As tecnologias, por si só, não eliminam as barreiras ambientais, mas pode atuar em prol desta remoção. As barreiras, por sua vez, abrangem também fatores atitudinais, que transcendem o aspecto tecnológico.

Rita Bersch (2017) nos aponta o intenso uso de tecnologia em nosso dia a dia para tornar a vida mais simples e fácil. Utilizamos: computadores, lápis, controle remoto, dentre muitas outras tecnologias. Estes elementos já estão imersos e assimilados na nossa rotina diária. A autora afirma a partir de Radabaugh (1993) que estes recursos, derivados de avanços tecnológicos, tornam as coisas mais fáceis para as pessoas sem deficiência e acrescenta que para pessoas com deficiência a tecnologia torna as coisas possíveis.

Bersch (2017, p. 1) afirma que:

O objetivo maior da tecnologia assistiva é proporcionar à pessoa com deficiência maior independência, qualidade de vida e inclusão social, através da ampliação de sua comunicação, mobilidade, controle de seu ambiente, habilidades de seu aprendizado e trabalho.

A extinta Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), em 16 de novembro de 2006, por meio da portaria nº 142, instituiu o Comitê de Ajudas Técnicas que reúne um grupo de especialistas brasileiros e representantes de órgãos governamentais que conceituaram Tecnologia Assistiva como sendo uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (COMITÊ DE AJUDAS TÉCNICAS, 2007).

Como podemos observar, o objetivo da Tecnologia Assistiva, é amplo e subdivide-se em modalidades distintas, tem característica multidisciplinar, visto que, envolve vários profissionais que são responsáveis pela avaliação do usuário que irá fazer uso da tecnologia indicando o recurso apropriado, o desenvolvimento da tecnologia e o ensino da sua utilização.

Todo esse processo se dá para atingir o objetivo que é promover qualidade de vida e inclusão social dos usuários (BERSCH, 2017).

A Tecnologia Assistiva, segundo as diretrizes gerais da American with Disabilities (ADA) pode ser classificada em oito categorias:

- a) Auxílio à Vida Diária;
- b) Comunicação Suplementar e Alternativa;
- c) Recursos de Acessibilidade ao Computador;
- d) Sistema de Controle de Ambiente;
- e) Órteses e Próteses;
- f) Adequação Postural;
- g) Auxílio para Cegos ou com Visão Subnormal e
- h) Auxílio para Surdos ou com *Déficit* Auditivo.

No Brasil, o compromisso dos órgãos governamentais com a tecnologia assistiva, iniciou-se no ano de 2002, com o Programa Nacional de Apoio ao Aluno com deficiência física. Foi elaborada, pela também extinta Secretaria de Educação Especial (SEESP), a publicação designada Portal de Ajudas Técnicas para a Educação, com a apresentação de uma publicação

sobre recursos pedagógicos adaptados, para servir como auxílio para o professor no sentido de facilitar o processo de ensino aprendizagem dos alunos com deficiência.

Em 2004, foi lançado o segundo fascículo da série, com recursos para comunicação alternativa. No mesmo ano, foi publicado o Decreto 5.296 (BRASIL, 2004), que definiu no capítulo III, art. 8, ajudas técnicas como produtos, instrumentos, equipamentos ou tecnologia adaptadas ou especialmente projetadas para melhorar a funcionalidade da pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida, favorecendo a autonomia pessoal, total ou assistida. Consta no art. 65 do Decreto, que caberia ao poder público a viabilização do reconhecimento da área de ajudas técnicas como área de conhecimento.

Este Decreto também, previa a criação do Comitê de Ajudas Técnicas, o qual foi instalado no ano de 2006. O comitê deu andamento às suas ações, dentre as quais o levantamento e a revisão bibliográfica sobre ajudas técnicas, tecnologia assistiva, tecnologias de apoio, conceitos e definições sobre o tema.

Em dezembro de 2007, o Comitê se reuniu novamente e definiu Tecnologia Assistiva tendo como referência os estudos anteriores, que subsidiaram as bases conceituais e definiram o conceito da Tecnologia Assistiva vigente.

Estudiosos sobre a inclusão educacional, enfatizam a importância da utilização dos recursos de tecnologia assistiva nas bibliotecas para usuários com deficiência visual. Esses autores têm pontuado questões como a aprendizagem, o preparo individual, a qualificação profissional e até mesmo a inserção social. Para o desenvolvimento do trabalho com estes usuários, é imprescindível realizar adequações que facilitem o processo de aquisição de conhecimentos, minimizando as barreiras para a inclusão. O site Pitane classifica os recursos de tecnologia assistiva para alunos com deficiência visual como sendo naturais, pedagógicos, tecnológicos e culturais.

Pupo (2006), afirma que os acervos digitalizados e a transmissão eletrônica de documentos passam a integrar as unidades de informação do século XXI, transformando tanto o cotidiano de ensino e aprendizagem nas escolas quanto a organização e recuperação da informação nas bibliotecas. Santaella (2012), acrescenta que o ato de ler, não se limita à decifração de letras, expande-se também para todos os tipos de imagem, diagramação de texto, tipos gráficos, tamanho de letras e páginas. De modo a responder ao direito ao acesso a esta comunicação e informação imagética, pelos usuários com deficiência visual, é empregado o recurso da audiodescrição.

A audiodescritora Soraya Ferreira Alves corrobora com esta descrição ao afirmar que a audiodescrição é uma ferramenta utilizada para garantir maior acessibilidade à informação

visual a indivíduos com deficiência visual e consiste na tradução de imagens em palavras. Essa operação, porém, é bastante complexa, pois não basta apenas descrever o que se vê, mas o que é relevante para a organização semiótica da obra, uma vez que a mesma permite o recebimento das informações contidas nas imagens disponibilizadas nos documentos e ambientes virtuais onde serão audiodescritos todas as passagens escritas, ilustrações, fotografias e figuras. ao mesmo tempo em que ela aparece, permitindo que o usuário aproveite toda a obra, seguindo a trama e captando a subjetividade da narrativa da mesma forma que uma pessoa sem alguma deficiência visual.

Desde a promulgação da lei 10.098 (BRASIL, 2000b), regulamentada pelo Decreto 5.296 (BRASIL, 2004), alterado pelo Decreto 5.645 (BRASIL, 2005), pelo Decreto 5.762 (BRASIL, 2006) e pela Lei Brasileira de Inclusão, Lei 13.146 (2015), o recurso da audiodescrição tornou-se um direito garantido pela legislação brasileira. logo, faz-se necessário que os bibliotecários conheçam o recurso e que passem a ser elementos facilitadores do processo de inclusão, mediando a interação e favorecendo o acesso também das informações imagéticas aos usuários da audiodescrição nos conteúdos e ambientes virtuais disponibilizados pelas bibliotecas públicas no Brasil.

Para tanto, pode-se respaldar na NBR 16452 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2016) e no Portal ‘Construindo imagens com palavras’ que é um manual de treinamento abrangente e guia sobre a história e aplicações da audiodescrição.

A audiodescrição é uma ferramenta poderosa que as bibliotecas podem utilizarem para tornar acessível qualquer conteúdo imagético, contribuindo para a ruptura de barreiras que excluam o usuário com deficiência visual. Francisco Lima, da Universidade Federal de Pernambuco relata que: De modo a responder ao direito de acesso à comunicação e à informação, surge uma técnica na qual, são desenvolvidas tecnologias para a aplicação dessa técnica. Todavia, a audiodescrição não é uma descrição qualquer, despretensiosa, sem regras, aleatória. Trata-se de uma descrição regrada, adequada a construir entendimento, onde antes não existia, ou era impreciso; uma descrição plena de sentidos e que mantém os atributos de ambos os elementos, do áudio e da descrição, com qualidade e independência. É assim que a audiodescrição deve ser: a ponte entre a imagem não vista e a imagem construída na mente de quem ouve a descrição. Logo, a união dos sentidos se dá por uma ponte em cujas extremidades estão a imagem e a descrição. Essa ponte, o audiodescritor, vem conduzir a imagem que sem a descrição será inacessível às pessoas com deficiência visual, mas que, com a audiodescrição, tomará sentido (SNYDER, 2017).

Para o professor José Antônio dos Santos Borges, criador de diversas tecnologias assistivas como o Dosvox, o Musivox, o Motrix, o Braille Fácil dentre outras, o grande problema está no incentivo, na captação de recursos e na disponibilização, a preços acessíveis no mercado, das tecnologias que podem melhorar a vida das pessoas (BORGES, 2009). Ainda segundo Borges (2009), há diversas tecnologias assistivas disponíveis, de baixo custo e até gratuitas, e que ainda não são implementadas em muitas cidades e instituições do país, simplesmente pela falta de acesso à informação. Outro fator que dificulta diz respeito à falta de acessibilidade, seja na estrutura física, seja na virtual, o que muitas vezes impossibilita a utilização da tecnologia assistiva pelo aluno (SNYDER, 2017).

As tecnologias assistivas que também auxiliam no acesso à informação dos usuários com deficiência visual, são os leitores de telas. Que são programas que interagem com o sistema do celular ou com o sistema operacional do computador e capturam as informações apresentadas na forma de texto, transformando essas informações em uma resposta falada por um sintetizador de voz. É importante destacar que os programas de leitura de tela só conseguem ler textos, ou seja, todas as imagens, gráficos e planilhas precisam estar descritos para que as pessoas com deficiência visual tenham pleno acesso à informação.

Conforme Amorim, Nassif e Alves (2009) e Vieira (2005), podemos constatar que os programas de leitura de tela mais utilizados no Brasil são: o NVDA, leitor de tela gratuito e de código aberto; o JAWS (Job Access With Speech), desenvolvido pela Freedom Scientific; o DOSVOX, desenvolvido pelo Núcleo de Computação Eletrônica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NCE UFRJ); o Orca, Leitor de tela livre e gratuito, para o sistema operacional Linux; o VOICEOVER, leitor de tela presente nos computadores e demais produtos da Apple e o TalkBack, leitor de tela do Google disponível nos dispositivos Android. Passos e Ferreira (2009, p. 12), afirmam que sua utilização é fundamental para o bom desempenho educacional, social e cultural das pessoas com deficiência, e em especial daquelas com deficiência visual, porque, sabendo e podendo utilizar as ferramentas potencializadas pelas tecnologias assistivas disponíveis, podem por si mesmas desenvolver-se e, conseqüentemente, incluir-se socialmente.

É de suma importância que as bibliotecas atentem para a infinidade de recursos e opções acessíveis disponíveis, com vistas a melhorar a sua práxis e propiciar a construção do conhecimento dos seus usuários, bem como autonomia e independência.

Figura 5 - Sistema Dosvox

Fonte: Leandro Rodrigues (2017). Disponível em: <https://institutoitard.com.br/como-utilizar-o-dosvox-em-sala-de-aula-pratica-para-professores/>

Santos, Fachin e Varvakis (2003) consideram fundamental e necessário compreender a prestação de serviços a partir do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação, focando o usuário e identificando a demanda e os direcionamentos das informações de acordo com o segmento.

Para Lancaster (1996), as tecnologias de informação e comunicação contribuíram e continuarão a influenciar todos os conceitos relativos a biblioteca, haja vista que as formas de acesso (Internet), e a ampliação de suportes físicos estão redesenhando também os serviços e a sua gestão, desde a criação, planejamento e avaliação.

Figura 6 - Teclado Braille

Fonte: ELGScreen (2017). Disponível em: <https://blog.elgscreen.com/teclado-para-deficientes-visuais/>

A biblioteca é o eixo norteador em toda ação educacional que encaminha para a emancipação do ser humano, tenha ele uma limitação ou não.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Metodologicamente buscamos desenvolver uma pesquisa exploratória descritiva, conforme seus objetivos, com base em levantamento de dados. De acordo com Gil (2019, p. 41), a pesquisa exploratória visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses. A investigação caracterizou-se na abordagem qualitativa, sobre a qual Godoy (1995, p. 58), afirma que “parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve”, cujo processo se dá pela “obtenção de dados descritivos [...] procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos”. De natureza descritiva, a qual, Marconi e Lakatos (2006, p. 18), sustentam que esta delinea a realidade “mediante um estudo realizado em determinado espaço-tempo por meio da abordagem do objeto sob os aspectos da descrição, análise, interpretação de fenômenos atuais, objetivando o seu funcionamento no presente”.

O *lócus* da pesquisa são as três bibliotecas do município de João Pessoa/PB, cadastradas como pública junto ao SNBP. A Biblioteca Augusto dos Anjos que funciona no Centro da cidade; a Biblioteca Juarez da Gama Batista na Fundação Espaço Cultural da Paraíba e a Biblioteca Pública Estadual Dumerval Trigueiro Mendes, localizada na Fundação Casa de José Américo. Nesse contexto, fizeram parte do universo, os gestores das referidas bibliotecas. as técnicas e instrumentos empregados para a coleta de dados, e os procedimentos de análise utilizados foram: a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental como suporte para a formação do referencial teórico. Segundo Gil (1999, p.66), enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. Também recorremos a pesquisa participante, a qual Gil (2019), assegura se desenvolver a partir da interação entre pesquisadores e membros das situações investigadas. A mesma, constitui-se como pesquisa de campo, onde “os objetos/fonte são abordados em seu meio ambiente próprio” (SEVERINO, 2007, p. 123). Utilizou-se como técnica de coleta de dados o questionário (Apêndice A), com questões abertas, fechadas e pergunta dependente, onde algumas questões solicitaram justificativa da resposta apresentada. Sobre o qual, Silva e Menezes (2005, p. 33) afirmam ser “uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante”, esse método precisa ser “objetivo, limitado em extensão e estar acompanhado de instruções”. O que possibilitou conhecer os espaços socioambiental, os produtos e os serviços prestados pelas bibliotecas públicas da cidade de João Pessoa, destinados a usuários com

deficiência visual. com vistas a identificar os problemas existentes e traçar as diretrizes que visam à melhoria dos serviços para inclusão dos referidos usuários nestas bibliotecas.

A coleta de dados realizou-se em duas etapas: a primeira através do levantamento bibliográficos sobre as três bibliotecas. No segundo momento realizou-se a pesquisa de campo procedendo-se visitas às bibliotecas para aplicação do questionário e observação participante. A observação participante, conforme Cervo, Bervian e Da Silva (2007, p. 31) se dá “quando o observador, deliberadamente, se envolve e deixa-se envolver com o objeto da pesquisa, passando a fazer parte dele”.

Tal instrumento foi elaborado com 16 questões abertas e fechadas, com o objetivo de levantar dados dos gestores, dos usuários com deficiência visual e dados estruturais das bibliotecas. O questionário foi aplicado com as bibliotecárias coordenadoras das bibliotecas públicas pesquisadas. Sua aplicação deu-se, após aprovação do CEP, no período de 25 a 27 de maio de 2023, conforme a disponibilidade dos coordenadores das bibliotecas. Além do questionário, os dados da pesquisa, foram obtidos a partir de documentos disponibilizados pelas bibliotecas e pela observação participante.

Com o objetivo de melhorar a interpretação e a precisão dos dados coletados, o questionário foi dividido em duas partes, em que na primeira, buscou identificar os dados sociodemográficos das participantes da pesquisa, como gênero, faixa etária, formação profissional e tempo de trabalho na instituição e na segunda, os dados referentes aos usuários com deficiência visual e a acessibilidade da biblioteca. O questionário permitiu ainda analisar a partir do perfil dos usuários com deficiência visual cadastrados nas bibliotecas, estruturas das bibliotecas para o atendimento dos usuários com deficiência visual, equipe de trabalho e capacitação, conhecimento de equipamentos e *softwares* de acessibilidade, tecnologias de informação e comunicação utilizadas nas bibliotecas, acervo acessíveis, orientações e sinalizações acessíveis nas bibliotecas para usuários com deficiência visual, percepção sobre o termo inclusão, ações inclusivas promovidas pelas bibliotecas para os usuários com deficiência visual, iniciativas dos gestores e servidores técnicos das instituições para promover a inclusão dos usuários das bibliotecas e promoção do direito à informação dos usuários com deficiência visual.

Os dados dos questionários foram analisados e ajudaram a responder ao questionamento de pesquisa e atender aos objetivos propostos. As análises foram determinadas pela abordagem qualitativa, como uma pesquisa descritiva. Com ênfase nos resultados a respeito da realidade investigada, utilizamos a pesquisa aplicada, a qual, segundo Gil (2019), abrange estudos elaborados com a finalidade de resolver problemas identificados no âmbito das sociedades em

que os pesquisadores vivem, e podem contribuir para a ampliação do conhecimento científico e sugerir novas questões a serem investigadas.

O projeto foi submetido à avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa da UFPB, sendo autorizado para sua execução (Anexo A). O mesmo obedeceu às recomendações do Conselho Nacional de Saúde (CNS) que trata das diretrizes e normas regulamentadoras das pesquisas envolvendo seres humanos, conforme a Resolução nº 510/2016.

Pretende-se como desdobramento desta pesquisa, fomentar o debate contemporâneo acerca dos direitos humanos fundamentais, notadamente o direito da inclusão social dos usuários com deficiência visual nas bibliotecas públicas, avaliando o atendimento aos usuários com deficiência visual, proporcionando condições para que seja repensada e potencializada ações institucionais no sentido de tornar a informação acessível a todos.

3.1 CAMPO DA PESQUISA

Conforme dados disponíveis no site do SNBP, em maio de 2023, o Brasil possuía 5.293 bibliotecas públicas, das quais 213 estão localizadas na Paraíba. Sendo três na cidade de João Pessoa/PB. A escolha das bibliotecas Públicas da cidade de João Pessoa se justifica por se constituírem como importantes centros públicos de informação, memória e disseminação da informação para a comunidade paraibana.

3.1.1 Apresentação Biblioteca Pública Augusto dos Anjos

A primeira biblioteca pública estadual da Paraíba, localizada na Avenida General Osório, 253, no Centro da cidade de João Pessoa. Foi fundada em 1875, por Henrique de Baurepaire Rohan e reativada em 1998, através das diretrizes preconizadas pelo Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa, convênio Brasil/Espanha, que viabilizou a restauração do referido monumento estadual. Foi tombada através do decreto n. 8.626, de 26 de outubro de 1980 e se constitui em um exemplar típico da arquitetura neoclássica do final do século XIX (FREITAS, 2015). Tem como instituição mantenedora a Secretaria de Educação do Estado, possuindo salão de leitura, salão de acervo, terminais com computadores e sala para lançamentos de livros e eventos culturais e funciona de segunda a sexta, das 08:00 às 17:30 horas. Possui um acervo com cerca de 17 mil obras, adquiridas através de doações, no qual, cerca de quatro mil livros são sobre a história do Estado da Paraíba (GOVERNO DA PARAÍBA, 2022).

3.1.2 Apresentação Biblioteca Pública Juarez da Gama Batista

A segunda biblioteca pública da cidade de João Pessoa, é a Biblioteca Pública Estadual Juarez da Gama Batista, localizada na Rua Abdias Gomes de Almeida, 800, no Espaço Cultural José Lins do Rego, em Tambauzinho. Foi criada em 1890 e funcionou na Av. General Osório no centro de João Pessoa até 1982, quando foi transferida para o Espaço Cultural, entretanto, ficou fechada durante sete anos. Em 2010 a Biblioteca foi reaberta e recebeu o nome de Juarez da Gama Batista, em homenagem ao escritor pessoense que foi integrante da Academia Paraibana de Letras e contempla quase 100 mil títulos. Dentre os quais, cerca de seis mil compõem um acervo exclusivo de autores paraibanos e aproximadamente mil obras estão disponíveis no sistema Braile (FUNDAÇÃO ESPAÇO CULTURAL DA PARAÍBA, 2022).

Possibilita o atendimento a 400 usuários diariamente, dispondo de mesas coletivas, 36 cabines individuais e computadores com internet e funcionando todos os dias da semana, de segunda a sábado, das 7h às 19h e no domingo das 8h às 14h. Coordena o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas (SEBP/PB), vinculado ao Ministério da Cultura e FBN. Através do SEBP/PB presta assistência aos municípios do estado no que diz respeito à implantação de bibliotecas públicas, treinamento e apoio técnico (FUNDAÇÃO ESPAÇO CULTURAL DA PARAÍBA, 2022).

3.1.3 Apresentação Biblioteca Pública Dumerval Trigueiro Mendes

E a terceira biblioteca pública da cidade de João Pessoa, é a Biblioteca Pública Estadual Dumerval Trigueiro Mendes, localizada na Fundação Casa de José Américo, na Avenida Cabo Branco, 3336, no bairro do Cabo Branco. Possui um acervo estimado em cerca de 30 mil títulos adquiridos por doações, dentre os quais, se encontra acervos de personalidades do meio cultural. A biblioteca está aberta a instituições, estudiosos, pesquisadores e ao público em geral, de segunda a Sexta das 08h às 16h30 (FUNDAÇÃO CASA DE JOSÉ AMÉRICO, 2022).

4 ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Com o objetivo de analisar a inclusão das pessoas com deficiência visual, através dos produtos e serviços prestados pelas bibliotecas públicas da cidade de João Pessoa, na Paraíba, foi aplicado um questionário (Apêndice A) que visou coletar dados sociodemográficos e de acessibilidade da biblioteca.

Mesmo com a autorização das pessoas que responderam e de, facilmente podermos acessar seus nomes, nesta análise não identificaremos a biblioteca nem a coordenadora respondente, entretanto, em algumas respostas, as próprias bibliotecárias identificavam suas bibliotecas. Mesmo assim, trataremos como BP 1, BP 2 e BP 3.

Em relação a identificação de gênero, os dados revelaram que todas as pessoas que coordenam as três bibliotecas pesquisadas se identificam como mulheres cis. O perfil etário é 66,66% na faixa de 50 a 59 anos e 33,33% de 40 a 49 anos. Todas as coordenadoras têm formação profissional em Biblioteconomia, o que é uma informação relevante, tendo em vista a função de coordenação que ocupam.

Outro dado relevante diz respeito ao tempo de trabalho nas referidas instituições. A que tem mais tempo, portanto, mais experiência no equipamento cultural, é a coordenadora da Biblioteca Pública Augusto dos Anjos, que está na Instituição há 26 anos. Seguida da coordenadora da Biblioteca Pública Dumerval Trigueiro Mendes, com 14 anos e da coordenadora da Biblioteca Pública Juarez da Gama Batista, com 9 anos. Percebemos assim, que as gestoras das Bibliotecas Públicas da cidade de João Pessoa, pelo tempo de trabalho nas instituições, são experientes nos cargos que ocupam.

A segunda parte do questionário da pesquisa, foi destinada aos dados referentes a acessibilidade das bibliotecas. Das três bibliotecas pesquisadas, duas afirmam ter usuários com deficiência visual cadastrados e apenas uma não apresenta nenhum usuário com cegueira ou baixa visão cadastrados. O quantitativo de usuários cadastrados nestas bibliotecas são sete com deficiência visual e cinco com baixa visão. Refletimos sobre o alcance destes equipamentos para o universo de usuários, uma vez em que uma biblioteca pública tem um número significativo de usuários e de atendimentos por volta de 2 mil por ano e desses, nas três bibliotecas, têm-se apenas doze usuários cadastrados.

Pensando nisso, perguntamos se as bibliotecas se encontram preparadas para o atendimento às pessoas com deficiência visual. As três coordenadoras afirmaram que suas unidades de informação não estão devidamente preparadas para o atendimento às pessoas com deficiência visual, conforme podemos visualizar no quadro 3:

Quadro 2 - Sobre as condições de acessibilidade das bibliotecas

BP 2	Não ainda! A biblioteca ainda não se encontra preparada o atendimento às pessoas com deficiência. Uma vez que ainda não temos o piso tátil para o deslocamento do público, sinalizações indicando os conteúdos e ambientes da biblioteca, contudo, possuímos um acervo braille totalmente disponível e sinalizado.
BP 1	Nós temos um pouco de acessibilidade física, porém temos pouco acervo em Braille.
BP 3	A Biblioteca Durmeval Trigueiro Mendes é uma das unidades de informação que integra a Fundação Casa de José Américo. A instituição possui projetos e ações sociais, educacionais e culturais, em parceria com a FUNAD, voltadas para o público com deficiências. Em termos estruturais, esta Instituição vem introduzindo gradativamente políticas de inclusão. Atualmente, as ações de benefícios que atendem as necessidades específicas dos deficientes são compostas de: instalação de piso tátil direcional nas áreas externas; rampas de acesso nos 3 blocos; instalações de elevadores no prédio que abrigam a Biblioteca, os Memoriais e Arquivos dos Governadores e no prédio do Museu Casa de José Américo; e banheiro adaptado para cadeirantes. As ações relacionadas especificamente aos deficientes visuais, já vem sendo planejadas e algumas já se encontram em execução, a saber: o Projeto das instalações das sinalizações em braille nos ambientes internos da FCJA e a colaboração com outras Instituições Estaduais no Projeto para a implantação da Biblioteca Inclusiva no Campus da Universidade Estadual da Paraíba em João Pessoa. No entanto a Biblioteca Durmeval Trigueiro Mendes, não se encontra equipada para disponibilizar o seu acervo para os deficientes visuais, pois não possui nenhuma obra transcrita em Braille e nem equipamentos de tecnologias assistivas e de comunicação que facilitam o atendimento ao usuário portador dessa deficiência.

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Outro ponto a respeito das condições para atendimento ao público com deficiência visual é a capacitação da equipe de trabalho da biblioteca.

Quadro 3 - Sobre a capacitação da equipe de trabalho das bibliotecas

BP	Resposta	Comentários
1	É razoavelmente capacitada, mas precisa melhorar	É razoavelmente capacitada, mas precisa melhorar, saber como lidar.
2	É razoavelmente capacitada, mas precisa melhorar	A equipe da Biblioteca Juarez da Gama Batista não tem tamanha especialidade, mas atende o público cego com presteza e dedicação, conduzindo e explicando as dúvidas quando elas surgem.
3	É razoavelmente capacitada, mas precisa melhorar	A Biblioteca Durmeval Trigueiro Mendes possui uma equipe de pessoas com conhecimento em tecnologias da Informação, no entanto, não possuímos ainda os equipamentos tecnológicos adequado para a instalação de softwares necessários ao atendimento de usuário com deficiência visual.

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

As respostas evidenciam que todas as coordenadoras das bibliotecas públicas da cidade de João Pessoa, afirmam ter a equipe razoavelmente capacitada para atender seus usuários com deficiência visual. Logo, conforme o exposto, as equipes das três bibliotecas estão razoavelmente capacitadas para orientar, instruir e informar os usuários com deficiência visual,

uma vez que estes usuários, como qualquer usuário, precisam receber de forma sistemática orientação para uso adequado da biblioteca e de seus recursos. Entretanto, não foi elencado nenhuma capacitação, especialização ou aperfeiçoamento oportunizado às equipes por parte da coordenação do equipamento cultural ou pela gestão municipal.

Sobre o conhecimento e disponibilização de equipamentos e *softwares* de acessibilidade por parte das bibliotecas.

Quadro 4 - Sobre o conhecimento e disponibilização de tecnologias assistivas

BP	Resposta
1	Sim.
2	Sim. A Biblioteca ainda não possui equipamentos com softwares disponíveis. Mas conheço os leitores de tela para computadores e celulares.
3	Não. No momento, a Biblioteca Durmeval Trigueiro Mendes não possui os equipamentos de tecnologias assistivas e de comunicação necessários para atendimento de usuários com deficiência visual.

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Conforme os conhecimentos das coordenadoras, sobre equipamentos e *softwares* disponibilizados pelas bibliotecas utilizados pelos usuários com deficiência visual, apenas a coordenadora da Biblioteca Pública Juarez da Gama Batista afirmou ter conhecimento dos leitores de tela para computadores e celulares. As demais, não descreveram nenhum equipamento ou *software*. Porém é imprescindível que os que fazem estas bibliotecas, apoderem-se destes conhecimentos e busquem disponibilizar estes recursos nas bibliotecas que coordenam.

A respeito das tecnologias de informação e comunicação que as bibliotecas dispõem, perguntamos se eram acessíveis aos usuários com deficiência visual.

Quadro 5 - Sobre as tecnologias de informação e comunicação utilizadas nas bibliotecas

BP	Resposta
1	Não. Não tem os recursos de acessibilidade.
2	Não. Não possuímos equipamentos com a tecnologia acessível.
3	Não. No momento, os computadores existentes na biblioteca não atendem as necessidades de instalação de plataformas e softwares específicos, estamos em estudo para buscar adquirir os equipamentos adequado.

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Quanto às Tecnologias de Informação e de Comunicação utilizadas nas bibliotecas públicas de João Pessoa, 100% das coordenadoras responderam negativamente, ou seja, afirmaram não serem acessíveis aos usuários com deficiência visual. O que comprova que as bibliotecas públicas da cidade de João Pessoa, não disponibilizam as tecnologias de informação e de comunicação com acessibilidade para seus usuários com deficiência visual.

Indagamos sobre o acervo acessível às pessoas com deficiência. Conforme o quadro 7.

Quadro 6 - Sobre a acessibilidade do acervo das bibliotecas

BP	Resposta
1	Não.
2	Sim. Braille.
3	Não. Não possuímos na biblioteca, material bibliográfico em Braille. No entanto a FCJA possui uma hemeroteca com periódico em Braille, a revista 'O Correio das Artes', que já possui sua edição em Braille.

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Em relação aos acervos de livros e periódicos acessíveis, verificamos que apenas a Biblioteca Pública Juarez Da Gama Batista, possui um acervo com obras acessíveis. As outras duas bibliotecas não disponibilizam nenhum acervo com acessibilidade, apesar de uma afirmar que há livros em Braille. Esse resultado é preocupante, visto que exclui os usuários com deficiência visual do acesso à informação disponibilizada nas bibliotecas.

A Lei Brasileira de Inclusão considera como formato acessível, os arquivos digitais que possam ser reconhecidos e acessados por *softwares* leitores de telas ou outras tecnologias assistivas que vierem a substituí-los, permitindo a leitura de voz sintetizada, ampliação de caracteres, diferentes contrastes e impressão em Braille. A partir da vigência da referida lei, todos os livros publicados pelas editoras em formato físico, também devem estar disponíveis em formato acessível. A negativa não justificada no fornecimento de livros em formato acessível pode constituir prática de discriminação de pessoa em razão de sua deficiência, crime com pena de reclusão de um a três anos e multa (BRASIL, 2015a).

Perguntamos se as bibliotecas, conhecem e utilizam alguma sinalização ou orientação acessível às pessoas com deficiência visual, evidenciando que a maioria não utiliza nenhuma sinalização ou orientação acessível em suas bibliotecas.

Quadro 7 - Sobre a sinalização acessível nas bibliotecas

BP	Resposta
1	Não.
2	Sim. Conhecimento sobre sinalização indicativa na biblioteca tenho certo conhecimento, porém nossa biblioteca ainda não possui as devidas sinalizações. Parte de nosso acervo é sinalizado devido a ajuda voluntária da Amiga Bibliotecária Ana Lúcia.
3	Não. Especificamente, ainda não tenho.

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Podemos afirmar, baseado nos dados da pesquisa, que o uso de orientações e sinalizações acessíveis nas bibliotecas públicas de João Pessoa, para usuários com deficiência visual, ainda é um desafio. Visto que, apenas a coordenadora da Biblioteca Pública Juarez da Gama Batista afirmou possuir certo conhecimento sobre o assunto e somente parte do acervo da biblioteca é sinalizado.

Entendendo que a biblioteca é um ambiente informacional que deve estar disponível à todas as pessoas que dela necessitem, buscamos identificar o entendimento das coordenadoras sobre o tema da inclusão e acessibilidade.

Quadro 8 - Entendimento sobre inclusão

BP	Resposta
1	Incluir todos sem exceção, ter espaços adaptados, acervo, rampas.
2	Entendo que inclusão é integrar, acolher, incluir, quaisquer cidadãos que queiram compor alguma atividade, seja ela qual for.
3	Inclusão é a implantação de uma política de gestão (pública ou privada), que reconhece as necessidades dos indivíduos, considerando todas as suas limitações físicas e mentais referentes aos seus direitos de cidadania com igualdade de condições, para o acesso a qualquer bem e serviço.

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Ficou claro que as coordenadoras das bibliotecas corroboram sobre o entendimento de inclusão enquanto uma atitude que visa integrar, acolher, com igualdade de condições, para o acesso a qualquer bem e/ou serviço. Partindo dessa compreensão buscamos identificar se, e quais ações inclusivas as bibliotecas promovem.

Quadro 9 - Ações inclusivas promovidas pelas bibliotecas

BP	Resposta
1	Fizemos uma roda de leitura com os estudantes da APAE.
2	No caso da Biblioteca e especificamente a Biblioteca Pública Juarez da Gama Batista, tenta dentro do seu espaço fazer diversas atividades em parceria com órgãos como o Instituto dos Cegos, Universidades, FUNAD, para atender aos diversos públicos (Cegos, de baixa visão, mudos e surdos). Uma das atividades que estamos desenvolvendo na atualidade é o empréstimo domiciliar às pessoas cegas e portadoras de baixa visão, isso em parcerias com órgãos apoiadores. É necessário haver a junção para poder fazer acontecer.
3	A Biblioteca Durmeval Trigueiro Mendes é uma unidade de informação considerada publica, porém, no que se refere a sua tipologia, ela é considerada biblioteca especial, uma vez que, tratar-se de um acervo composto inicialmente, pela biblioteca pessoal de seu patrono José Américo de Almeida, constituída no século passado, contendo muitas obras raras. Como também, pela aquisição de bibliotecas pessoais de personalidades paraibanas. E ainda, por conter boa parte de sua coleção de livros de autoria de escritores paraibanos e sobre todos os aspectos da Paraíba. Buscamos atender os usuários partindo das suas necessidades de informação. No entanto, as necessidades de tornar a biblioteca uma unidade de excelência no atendimento aos deficientes, depende de outras ações que antecedem está prática, que são complexas e dependem de decisões superiores.

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Entendemos que o desafio em direção à inclusão em bibliotecas ainda é árduo. Entretanto, deve iniciar de alguma forma. Se há uma compreensão das coordenadoras a respeito do que significa incluir, não se justifica não haver quaisquer ações, produtos ou serviços direcionados ao público com deficiência. Não há necessidade de uma biblioteca específica para este público, e sim que haja condições de acesso a qualquer serviço, acervo ou ações para as pessoas com deficiência, seja visual, motora, auditiva, intelectual ou com qualquer transtorno

ou deficiência de aprendizagem. É preciso reconhecer que, em se tratando de um espaço público, sua responsabilidade é ainda maior.

Neste sentido, indagamos sobre a opinião das coordenadoras, acerca das iniciativas por parte dos gestores ou servidores técnicos que promovam a inclusão dos usuários com deficiência visual das bibliotecas.

Quadro 10 - Opinião a respeito das iniciativas dos servidores das bibliotecas

BP	Resposta
1	É de fundamental importância a inclusão. Todos tem que estar engajados e criando políticas de inclusão.
2	Quanto gerente da Biblioteca Juarez da Gama Batista, prezo pelo bom desenvolvimento das atividades acessíveis para assim sensibilizar os gestores.
3	Atualmente, tenho observado que aos projetos de inclusão estão tendo mais abertura e aceitabilidade pela Instituição, com muitas ações concretas que realmente vem de encontro as necessidades de adequação, como prevista na lei, para o atendimento dos usuários. Aos poucos estamos avançando até chegar a inclusão de todas as deficiências.

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Em relação as iniciativas dos gestores e servidores técnicos das instituições, para promover a inclusão dos usuários com deficiência visual nas bibliotecas, a coordenadora da Biblioteca Pública Dumerval Trigueiro Mendes afirmou que, atualmente, tem observado que os projetos de inclusão estão tendo mais abertura e aceitabilidade pela Instituição, com muitas ações concretas que realmente vai ao encontro das necessidades de adequação, como prevista na lei, para o atendimento dos usuários. Acrescenta que aos poucos estão avançando até chegar à inclusão de todas as deficiências.

Finalizamos indagando se as bibliotecas atendem às expectativas dos usuários com deficiência em relação ao direito à informação e as respostas das coordenadoras estão dispostas no quadro 12 a seguir:

Quadro 11 - Atendimento ao direito à informação dos usuários com deficiência visual

BP	Resposta
1	Não.
2	Não. Atender as expectativas ainda não, mas buscamos fazer o nosso papel quanto a se ter uma biblioteca inclusiva.
3	Não. No momento, a Biblioteca Durmeval Trigueiro Mendes ainda não está preparada para o atendimento do usuário com deficiência visual. Mas, estamos trabalhando para que no futuro próximo esta possibilidade seja real.

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Todas as participantes responderam que as bibliotecas ainda não atendem às expectativas na promoção do direito à informação dos usuários com deficiência visual. Esse é um fator agravante, já que a promoção do direito à informação dos usuários com deficiência

visual é uma conquista que deve ser colocada em prática também nas bibliotecas públicas da cidade de João Pessoa.

A observação, foi utilizada como técnica complementar de coleta de dados, o que permitiu entender melhor o funcionamento interno das bibliotecas e captar as reações das participantes.

Figura 7 - Ambiente externo da Biblioteca Pública Augusto dos Anjos



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora, 2023.

Através da observação participante, averiguou-se que, em relação à acessibilidade externa, as bibliotecas reservam espaços no estacionamento para pessoas com deficiência, porém o pavimento externo à biblioteca não é adequado para o deslocamento das pessoas com deficiência devido à existência de inúmeros obstáculos nas calçadas.

Figura 8 - Ambiente externo da Biblioteca Pública Juárez da Gama Batista



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora, 2023.

A disponibilização de estacionamento específico para pessoas com deficiência é uma excelente iniciativa, entretanto, os obstáculos nas áreas externas, dificultam o deslocamento desse segmento.

Figura 9 - Ambiente externo da biblioteca Pública Estadual Dumerval Trigueiro



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora, 2023.

‘Pode-se observar o piso tátil na entrada da biblioteca pública da FCJA, entretanto, também podemos visualizar buracos, desníveis e outros obstáculos na calçada e entrada da biblioteca.

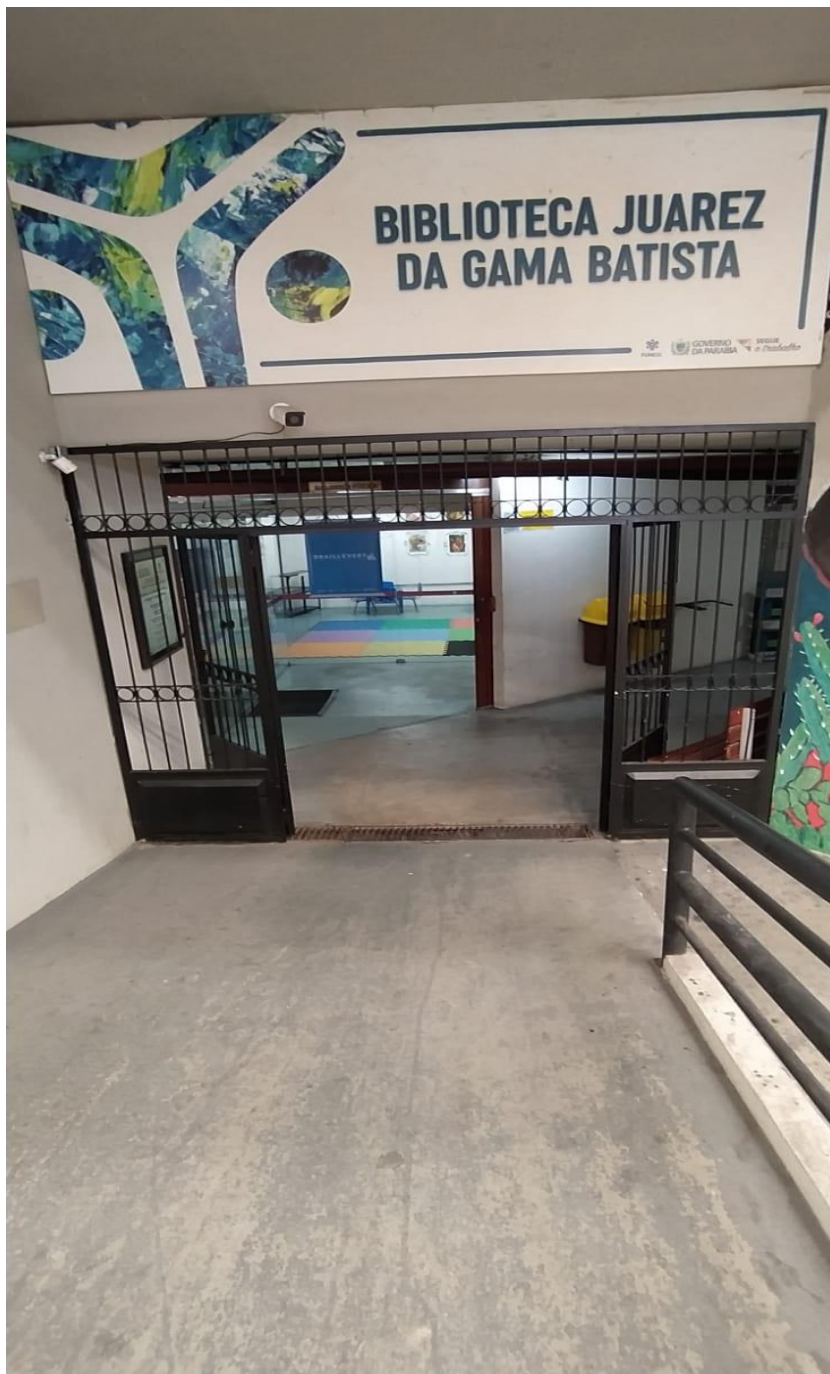
Figura 10 - Entrada da Biblioteca Pública Augusto dos Anjos



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora, 2023.

Nos ambientes internos das bibliotecas, não há a aplicação dos padrões relativos ao deslocamento das pessoas com deficiência, referente a acessibilidade em biblioteca.

Figura 11 - Entrada da Biblioteca Pública Juarez da Gama Batista



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora, 2023.

Conforme NBR 9050 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2015) as entradas das bibliotecas não são adequadas, como observamos nas figuras 9, 10 e 11.

Figura 12 - Entrada da Biblioteca Pública Estadual Dumerval Trigueiro



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora, 2023.

Além das entradas, os balcões e mesas para o atendimento aos usuários contém informação e sinalizações inacessíveis, conforme observa-se nas figuras a seguir:

Figura 13 - Balcão da Biblioteca Pública Augusto dos Anjos



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora, 2023.

O balcão de atendimento é o cartão de visita de uma biblioteca. É onde se encontram as informações sobre cadastro, serviços, projetos e ações diversas que a biblioteca desenvolve. Neste espaço, é preciso ter informações de forma acessível a todas as pessoas que usam o equipamento público.

Figura 14 - Balcão da Biblioteca Pública Juarez da Gama Batista



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora, 2023.

É preciso que este espaço não tenha nenhum obstáculo que impossibilite ou dificulte ao atendimento de quaisquer usuários, seja com deficiência ou não.

Figura 15 - Balcão da Biblioteca Pública Estadual Dumerval Trigueiro



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora, 2023.

Nos equipamentos culturais pesquisados, há inexistência de sinalizações e de painéis informativos acessíveis.

Figura 16 - Sinalização da Biblioteca Pública Augusto dos Anjos



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora, 2023.

Também não há sinalizações em Braille ou em tipos ampliados contrastando com a cor.

Figura 17 - Sinalização da Biblioteca Pública Juarez da Gama Batista



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora, 2023.

As sinalizações atendem apenas as pessoas ditas normais, excluindo a todos os usuários com deficiência visual. De certa forma, entendemos que não há um número significativo de usuários com deficiência visual nas bibliotecas pesquisadas, porém, uma biblioteca pública deve estar atenta para adequar seus serviços e produtos a todas e todos, independente das condições e necessidades informacionais diferenciadas.

Figura 18 - Sinalização da Biblioteca Pública Estadual Dumerval Trigueiro



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora, 2023.

Além da sinalização, é importante atentar para a distância entre as estantes, de forma que permita o trânsito das pessoas com deficiência, para que não esbarrem em obstáculos, que não tenham barreiras para as cadeiras de rodas ou acessórios auxiliares de mobilidade.

A observação do espaço das bibliotecas e sua documentação em fotografias, nos ajudou a compreender o quão grandioso é o desafio dessas unidades de informação, para garantir que todas as pessoas tenham acesso à informação, promovendo a inclusão das pessoas com deficiência, em especial, como é o caso desse estudo, as pessoas com deficiência visual.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou analisar a inclusão das pessoas com deficiência visual, através dos produtos e serviços prestados pelas bibliotecas públicas da cidade de João Pessoa, na Paraíba. Investigamos os desafios dos espaços socioambiental, dos produtos e dos serviços prestados pelas bibliotecas públicas Augusto dos Anjos, Juarez da Gama Batista e da Dumerval Trigueiro, destinados a usuários com deficiência visual, segundo o parecer de suas coordenadoras. Conforme o exposto, as bibliotecas Públicas da cidade de João Pessoa, precisam traçar diretrizes para melhorar a acessibilidade visto que elas ainda não cumprem o papel de promover o acesso e a inclusão dos usuários com deficiência visual.

Questões como as inadequações das instalações físicas, ausência de tecnologias assistivas nos recursos tecnológicos, acervos inacessíveis, falta de adaptações nas sinalizações, falta de recursos orçamentários, foram as principais barreiras comprovadas, através dos dados compilados dos questionários.

Com base na observação direta a partir das exigências da NBR 9050/2015, que trata de critérios de acessibilidade para edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos, foi possível cumprir o objetivo específico a) que é identificar nas Bibliotecas Públicas de João Pessoa, Paraíba, a acessibilidade física, do acervo e a acessibilidade atitudinal dos servidores do acervo, verificando se há formação dos bibliotecários e assistentes na orientação quanto ao uso dos equipamentos de acessibilidade.

O levantamento realizado com ênfase em verificar os aportes legais sobre o assunto, consultando as políticas existentes na questão da acessibilidade para as bibliotecas públicas, atendeu ao objetivo específico b) mapear na literatura científica e técnica as políticas, equipamentos e instrumentos de apoio ao atendimento de usuários com deficiência visual.

Pelo cenário refletido, a pesquisa revela que as três bibliotecas públicas da cidade de João Pessoa, atualmente necessitam de melhores estruturas para atender usuários com deficiência visual. Acredita-se que tais contingências podem ser sanadas ou pelo menos amenizadas, através do desenvolvimento de práticas de acessibilidade asseguradas pelo arcabouço legal brasileiro. Através da discussão dos resultados, cumprimos o objetivo específico c) contribuir para a discussão acerca do acesso à informação para usuários com deficiência visual em bibliotecas públicas.

Uma vez que, a acessibilidade proporciona aos mesmos, acesso aos ambientes físicos, assegura a disseminação acessível e seletiva da informação, tratamento humanizador e acolhedor e a disponibilização das tecnologias assistivas e dos equipamentos adaptados,

Cabendo ao poder público e aos profissionais dirigentes destas unidades de informações, a responsabilidade social de propiciar condições de acessibilizar para incluir, para que as bibliotecas públicas desempenhem suas funções atentando para as necessidades de todos e que neste todo, esteja incluso os usuários com deficiência visual.

Já que estes, como os demais necessitam utilizarem as bibliotecas públicas consultando acervos, fazendo buscas, interagindo, produzindo conteúdo.

Ao respondermos nossa pergunta problema: ‘Como criar as condições necessárias para o acesso à informação em bibliotecas públicas da cidade de João Pessoa, aos usuários com deficiência visual?’. E com base nos achados da pesquisa, recomendamos para estas unidades de informação, prioritariamente o **planejamento a curto prazo** de ações para a prática de uma proposta estruturada de acesso e adequação dentro do conceito universal de acessibilidade dos seus produtos e serviços, com o propósito do rompimento das impeditivas barreiras para inclusão destes usuários.

Recomendamos ainda, a utilização dos recursos facilitadores de acessibilidade como, programas, aplicativos e documentos gratuitos que podem ser disponibilizados nas bibliotecas públicas para contribuir para cidadania e inclusão social/digital dos usuários com deficiência visual (APÊNDICE C).

Uma vez que, o pensamento de todo (a) e qualquer gestor (a) de biblioteca deverá ser o de prover aos seus usuários o acesso à informação, para que esses usuários consigam interpretá-la e utilizá-la como um instrumento de valor estratégico (HOFFMANN, 2009).

Meus desafios diários, principalmente os informacionais e para o acesso ao conhecimento, se ampliaram depois que perdi a visão. Superá-los é uma luta constante, tanto para mim como para as pessoas com deficiência visual em um país ainda marcado por profundas desigualdades sociais como o nosso. Assim, com nossa aprovação no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), buscamos juntamente com nossa orientadora, nesta pesquisa de Mestrado, contribuir com dados referente a realidade ainda tão excludente nas bibliotecas públicas para os usuários com deficiência visual.

Bem como, com orientações para os gestores das bibliotecas públicas acerca destes usuários, das políticas de acesso à informação para as pessoas com deficiência visuais no Brasil, sobretudo, os marcos legais de acessibilidade para as bibliotecas públicas e da relevância, das tecnologias assistivas e serviços que necessitam serem disponibilizados para atender os usuários com deficiência visual nestas unidades de informação, de maneira acessível, inclusiva, com qualidade, com eficiência, levando em conta as somas das diferenças.

Ademais, concebemos que a dissertação traz, na perspectiva da contemporaneidade, relevância e significância, para a Ciência da Informação. Tanto do ponto de vista social, científico e acadêmico, como do ponto de vista institucional. Contribuindo ainda para o desenvolvimento humano, através da inclusão social, equitativa e de qualidade dos usuários com deficiência visual nas bibliotecas públicas, possibilitando igualdade de oportunidades, empoderamento e qualidade de vida aos usuários da informação, uma vez que, o aporte de atuação, da Ciência da Informação envolve as temáticas econômicas, sociais e ambientais, com o potencial de reduzir as desigualdades, propiciando a divulgação científica e a disseminação do conhecimento.

Estes contributos estão interconectados com a Agenda 2030 proposta pela ONU, ratificada pela nação brasileira. Seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), visam garantir, inclusão social e qualidade de vida a todos, sem comprometer a existência futura. Por meio da redução da desigualdade entre as nações e das sociedades inclusivas para o desenvolvimento sustentável, na promoção da cidadania em favor de um mundo mais justo, que só será possível, a partir das ações de todas as esferas. Principalmente da Ciência da Informação, que tem o poder de fazer da produção e disseminação do conhecimento acessível, a maior forma de inclusão da humanidade, contribuindo relevantemente para servir o interesse coletivo, neste desafio de transformação social.

Logo, apreendemos com este estudo que houve avanços significativos em relação ao marco legal, no que diz respeito a inclusão e acessibilidade dos usuários com deficiência visual nas bibliotecas públicas no Brasil.

Porém, em relação as condições de acesso, o avanço ainda é praticamente inexistente. Romper as barreiras, principalmente as atitudinais, prever e prover as condições de acessibilidade, tanto física, comunicacional e informacional e criar alternativas para evitar atitudes excludentes, necessita que as leis sejam colocadas em prática, de investimentos em ações, em materiais adequados, em qualificação, em adequação arquitetônica e, principalmente, em investimentos em *práxis*, que combatam atitudes inadequadas e preconceituosas.

Esperamos que as reflexões à tona nesta pesquisa possam contribuir com futuros estudos e desenvolvimento de ações inclusivas para a disseminação da informação para usuários com deficiência visual, em bibliotecas públicas.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Maria Elisabeth Baltar Carneiro de; SOUSA, Marckson Roberto Ferreira; GUIMARÃES, Ítalo José Bastos. Organização da informação e acessibilidade para usuários cegos em bibliotecas, arquivos, museus e web. **Biblionline**, João Pessoa, n. 2, v. 11, p. 43-56, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/27627>. Acesso em: 15 jul. 2022.
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Biblioteca pública, biblioteca alternativa, biblioteca parque: espaços de transformação, de refúgio ou de reprodução?. In: LESSA, Bruna; LINS, Ivana. (orgs.). **Para que serve a biblioteca pública?:** novas configurações para o século XXI. Salvador: EDUFBA, 2021. p. 105-122.
- AMORIM, Célia Maria de; NASSIF, Maria Christina; ALVES, Maria Glicélia. **Escola e deficiência visual:** como auxiliar seu filho. São Paulo: Fundação Dorina Nowill para Cegos, 2009. (Série Dorina Nowill).
- ASSIS, Leonardo da Silva de. **Bibliotecas públicas e políticas culturais:** a divisão de bibliotecas do Departamento de Cultura e Recreação da Prefeitura de São Paulo (1935). 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-28012014-121948/pt-br.php>. Acesso em: 21 fev. 2023.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 9050:** acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 3. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2015. Disponível em: http://acessibilidade.unb.br/images/PDF/NORMA_NBR-9050.pdf. Acesso em: 14 jan. 2022.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 16452:** Acessibilidade na comunicação: audiodescrição. Rio de Janeiro: ABNT, 2016.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 9050:** Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Ementa nº 1. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.
- AZEVEDO, Maria Carolina Albuquerque de. **Políticas de Acesso para Discentes com Deficiência Visual no Ensino Superior:** um estudo de caso. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012. 162 p. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/4663/1/arquivototal.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2022.
- BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues; SUAIDEN, Emir José. O papel social da biblioteca pública na interação entre informação e conhecimento no contexto da ciência da informação. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.16, n. 4, p.29-41, out./dez. 2011. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/419/1/EmirPCI2011.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2023.

BERSCH, Rita. **Introdução à tecnologia assistiva**. Porto Alegre, RS: Assistiva, Tecnologia e Educação, 2017. Disponível em:

https://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf. Acesso em: 30 abr. 2023.

BETTENCOURT, Angela Monteiro. **A representação da informação na Biblioteca Nacional: do documento tradicional ao digital**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2014. (Coleção Ramiz Galvão, v. 1). Disponível em:

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasgerais/drg1431511/drg1431511.pdf
Acesso em: 27 fev. 2023.

BOBBIO Norberto. **Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BIBLIOTECA PÚBLICA: princípios e diretrizes. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2000. Disponível em:

http://consorcio.bn.br/consorcio/manuais/manualsnbp/ArquivoFinal28_08.pdf. Acesso em: 16 maio. 2023.

BORGES, José Antônio dos S. **O sistema Dosvox e seu impacto sobre a evolução social dos deficientes visuais no Brasil**. 2009. 343f. Tese (Doutorado em Engenharia de Sistemas e Computação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em:

http://intervox.nce.ufrj.br/dosvox/textos/tese_antonio_borges.pdf. Acesso em: 17 maio. 2023.

BRASIL. Constituição 1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 14 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989**. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm. Acesso em: 15 jul. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 520, de 13 de maio de 1992**. Institui o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 15 maio 1992. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1992/decreto-520-13-maio1992-343159-normaatualizada-pe.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998**. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9610.htm. Acesso em: 25 jan. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1999a. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso em: 15 jul. 2022.

BRASIL. **Portaria nº 1.679, de 2 de dezembro de 1999.** Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Brasília: MEC, 1999b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/c1_1679.pdf. Acesso em: 16 jul. 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm. Acesso em: 26 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000.** Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10048.htm. Acesso em: 17 maio. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001.** Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Brasília: Presidência da República, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm. Acesso em: 15 jul. 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003.** Institui a Política Nacional do Livro. Brasília: Câmara dos Deputados, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.753.htm. Acesso em 23 ago. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 15 jul. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 5.645, de 28 de dezembro de 2005.** Dá nova redação ao art. 53 do Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004. Brasília: Presidência da República, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5645.htm. Acesso em: 17 maio. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 5.762, de 27 de abril de 2006.** Brasília: Presidência da República, 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5762.htm. Acesso em: 17 maio. 2023.

BRASIL. **Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008.** Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Brasília: Presidência da República, 2008a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/congresso/dlg/dlg-186-2008.htm. Acesso em: 15 jul. 2022.

BRASIL. Ministério das Comunicações. **Portaria nº 466, de 30 de julho de 2008.** Concede o prazo de noventa dias, para que as exploradoras de serviço de radiodifusão de sons e imagens e de serviço de retransmissão de televisão (RTV) passem a veicular o recurso de

acessibilidade de que trata o subitem 3.3 da Norma Complementar nº 01/2006, aprovada pela Portaria nº 310, de 27 de junho de 2006, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2008b. Disponível em: https://www.normasbrasil.com.br/norma/portaria-466-2008_208325.html

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.** Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília: Presidência da República, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 15 jul. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010.** Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências. Brasília: Poder Executivo, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12343.htm. Acesso em: 22 fev. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 7.559, de 1 de setembro de 2011.** Dispõe sobre o Plano Nacional do Livro e da Leitura - PNLL, e dá outras providências. Brasília: Poder Executivo, 2011a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7559.htm. Acesso em: 17 maio. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília: Poder Executivo, 2011b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 17 maio. 2023.

BRASIL. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Avanços das políticas públicas para as pessoas com deficiência:** uma análise a partir das conferências nacionais. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/livro-avancos-politicas-publicas-pcd.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília: Poder Executivo, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 17 maio. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.146, 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Presidência da República, 2015a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 15 jul. 2022.

BRASIL. **Decreto Legislativo nº 261, de 2015.** Aprova o texto do Tratado de Marraqueche para facilitar o acesso a obras publicadas às pessoas cegas, com deficiência visual ou com outras dificuldades para ter acesso ao texto impresso, concluído no âmbito da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), celebrado em Marraqueche, em 28 de junho de

2013. Brasília: Presidência da República, 2015b. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=585537&id=14373805&idBinario=15621240&mime=application/rtf>. Acesso em: 25 jan. 2023.

BRASIL. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência e lei Brasileira de inclusão da pessoa com deficiência**: versão 2017. Brasília: SNDPD, 2017. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/Convencao%202017.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.696, de 12 de julho de 2018**. Institui a Política Nacional de Leitura e Escrita. Brasília: Poder Executivo, 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Lei/L13696.htm. Acesso em: 22 fev. 2023.

CAMBIAGHI, Silvana Serafino, BONILHA. Da acessibilidade. In: SETUBAL, Joyce Marquезin, FAYAN, Regiane Alves Costa. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com deficiência**: comentada. Campinas: Fundação FEAC, 2016. Disponível em: <https://www.feac.org.br/wp-content/uploads/2017/05/Lei-brasileira-de-inclusao-comentada.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2022.

CERVO, Amado Luíz; BERVIAN, Pedro Augusto; DA SILVA, Roberto. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO - CONAE: documento final. Brasília: MEC, 2014: Disponível em: <http://fne.mec.gov.br/images/DocumentoFinal29012015.pdf>. Acesso em: 17 maio. 2023.

CONSELHO BRASILEIRO DE OFTALMOLOGIA. **Manual da Boa Visão**. Brasília: Ministério da Saúde; Ministério da Educação, 1998.

DECLARAÇÃO DE ALEXANDRIA. **Sobre alfabetização informacional e a aprendizagem ao longo da vida: Faróis para a Sociedade da Informação**. 2005. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/wsis/Documents/beaconinfsoc-pt.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2023.

DECLARAÇÃO DE LYON. **Sobre o acesso à informação e desenvolvimento**. Disponível em: <http://www.lyondeclaration.org/content/pages/lyon-declaration-pt.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2023.

DECLARAÇÃO DE GUATEMALA. **Convenção interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência**. Aprovado pelo Conselho Permanente da OEA, na sessão realizada em 26 de maio de 1999. Promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. Disponível em: <https://www.oas.org/juridico/portuguese/treaties/a-65.htm#:~:text=Esta%20Convenção%20tem%20por%20objetivo,sua%20plena%20integração%20à%20sociedade>. Acesso em: 16 ago. 2022.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**. 1994. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 21 fev. 2023.

DECLARAÇÃO DE SANTO DOMINGO. **Governabilidade e desenvolvimento na sociedade do conhecimento**. Santo Domingo: OEA, 1999. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000112.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2023.

ESTABEL, Lizandra Brasil; MORO, Eliane Lourdes da. A mediação da leitura na família, na escola e na biblioteca através das tecnologias de informação e de comunicação e a inclusão social das pessoas com necessidades especiais. **Inclusão Social**, Brasília, DF, v. 4, n. 2, p. 67-81, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/101251>. Acesso em: 17 maio. 2023.

FACION, José Raimundo. **Inclusão escolar e suas implicações**. Curitiba: Ivpex, 2005.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES BIBLIOTECÁRIAS. **As bibliotecas e a implementação da Agenda 2030 da ONU**. IFLA, 2015. Disponível em: <https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/hq/topics/libraries-development/documents/libraries-un-2030-agenda-toolkit-pt.pdf>. Acesso em: 17 maio. 2023.

FONSECA, Edson Nery da. **Introdução à biblioteconomia**. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2007.

FORTALECIMENTO de bibliotecas acessíveis e inclusivas: manual orientador. São Paulo: Mais Diferenças, 2016. Disponível em: https://maisdiferencas.org.br/wp-content/themes/maisdiferencas/downloads/materiais/manual_orientador.pdf. Acesso em: 17 maio. 2023.

FREITAS, Moniky de Aguiar. **O serviço de referência na Biblioteca Pública Augusto dos Anjos: entre carências e desejos**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia)- Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015. Disponível em: <http://www.ccsa.ufpb.br/biblio/contents/tcc/tcc-2015/servico-de-referencia-na-biblioteca-publica-augusto-dos-anjos.pdf>. Acesso em: 17 maio. 2023.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Histórico**. [2019]. Disponível em: <https://www.gov.br/bn/pt-br/aceso-a-informacao-2/institucional/sobre-a-fbn/historico>. Acesso em: 17 maio. 2023.

FUNDAÇÃO CASA JOSÉ DE AMÉRICO. **Biblioteca**. João Pessoa: FCJA, 2022. Disponível em: <https://fcja.pb.gov.br/biblioteca>. Acesso em: 17 maio. 2023.

FUNDAÇÃO ESPAÇO CULTURAL DA PARAÍBA. **Biblioteca da Funece inicia automação que permite acesso online**. João Pessoa: FUNECE, 2022. Disponível em: <https://funesc.pb.gov.br/noticias/biblioteca-da-funesc-inicia-processo-de-automacao-que-permite-aceso-online>. Acesso em: 17 maio. 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GIL, Martha. (org.). **Deficiência visual**. Brasília: Secretaria de Educação à Distância.

Brasília: MEC, 2000. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/deficienciavisual.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2022.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n2/a08v35n2.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2022.

GONZALEZ, Camilla Juliana. **Biblioteca Acessível**: serviço de informação para usuários com deficiência. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia e Documentação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em:

<http://www.saci.org.br/modulo=akemimetro=4716>. Acesso em: 25 jan. 2020.

GOVERNO DA PARAÍBA. **João Azevedo entrega reforma da Biblioteca Augusto dos Anjos e destaca investimentos em educação e cultura**. 2022. Disponível em:

<https://paraiba.pb.gov.br/noticias/joao-azevedo-entrega-reforma-da-biblioteca-augusto-dos-anjos-e-destaca-investimentos-em-educacao-e-cultura>. Acesso em: 15 maio. 2023.

HOFFMANN, Wanda Aparecida Machado. **Gestão do conhecimento**: desafios de aprender. São Carlos, SP: Compacta, 2009.

IBGE. **Censo demográfico 2010**: características da população e dos domicílios: resultados do universo. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2010. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilios.pdf. Acesso em: 27 abr. 2023.

ISHIKAWA, Maria Inês Garcia, BELLUZZO, Regina Célia Baptista. Práticas inclusivas para deficientes visuais, baseadas na informação e conhecimento: reflexões e ações. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 147-164, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/255>. Acesso em: 17 maio. 2023.

JARAMILLO, Orlanda; MONTTOYA RÍOS, Mónica. **Biblioteca pública y lectura pública**. Medellín: Universidad de Antioquia, 2005.

JARAMILLO, Orlanda; MONTTOYA RÍOS, Mónica. Revisión conceptual de la biblioteca pública. **Revista Interamericana Bibliotecología**, Medellín, v. 23, n. 1-2, p. 13-56, 2000.

Disponível em: <https://revistas.udea.edu.co/index.php/RIB/article/view/7903>. Acesso em: 17 maio. 2023.

KOONTZ, Christie; GUBBIN, Barbara. (orgs.). **Diretrizes da IFLA para bibliotecas públicas**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2012.

LANCASTER, Frederick Wilfrid. **Avaliação de Serviços de Bibliotecas**. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 1996.

LEMOS, Edison Ribeiro; CERQUEIRA, Jonir Bechara. O sistema braille no Brasil. **Revista Benjamin Constant, Rio de Janeiro**, ano 20, edição especial, p. 23-28, nov. 2014. Disponível em: <file:///home/usuario/Downloads/353-Texto%20original-723-1-10-20170308.pdf>

LESSA, Bruna. Biblioteca pública: do conceito às políticas públicas. In: LESSA, Bruna; LINS, Ivana. (orgs.). **Para que serve a biblioteca pública?:** novas configurações para o século XXI. Salvador: EDUFBA, 2021. p. 15-44.

MALHEIROS, Tânia Milca; CUNHA, Murilo Bastos da. As bibliotecas como facilitadoras no acesso à informação por usuários com deficiência visual. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 16, n. 1, p. 146-170, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/36847/1/ARTIGO_BibliotecasFacilitadorasAcesso.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2023.

MANIFESTO DA UNESCO DA BIBLIOTECA PÚBLICA. 1949. Disponível em: https://rbgalicia.xunta.gal/sites/default/files/documents/documento/manifesto_da_unesco_verbo_da_biblioteca_publica_1949.pdf

MANIFESTO DA UNESCO DA BIBLIOTECA PÚBLICA. 1972. Disponível em: <https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/public-libraries/documents/unesco-public-library-manifesto-1972.pdf>. Acesso em: 17 maio. 2023.

MANIFESTO DA IFLA/UNESCO SOBRE BIBLIOTECAS PÚBLICAS. 1994. Disponível em: <https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf>. Acesso em: 17 maio. 2023.

MANIFESTO DA BIBLIOTECA PÚBLICA IFLA/UNESCO. 2022. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/6247>. Acesso em: 17 maio. 2023.

MANTOAN, Eglér Teresa Maria. A educação especial no Brasil: da exclusão à inclusão escolar. In: **Inclusão ou Utopia**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

MARCONI, Marian de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MICHELS, Luciano Rhinow; SOUZA, Germano José. Acesso e permanência do educando portador de necessidades especiais na instituição de ensino superior. In: COLOSSI, Nelson. *et al.* **A gestão universitária em ambientes de mudanças na América do Sul**. Blumenau: Nova Letra, 2002. p. 227-236.

MIRANDA, José Luís Carneiro de; GUSMÃO, Heloísa Rios. **Os caminhos do trabalho científico:** orientação para não perder o rumo. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2003.

MORAES, Rubens Borba de. **Livros e bibliotecas no Brasil colonial**. São Paulo: Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1979.

NOWILL, Dorina de Gouvêa. **E eu venci assim mesmo**. São Paulo: Totalidade, 1996.

OLIVEIRA, Zita Catarina Prates de. **A biblioteca “fora do tempo”:** políticas governamentais de bibliotecas públicas no Brasil, 1937-1989. 1994. Tese (Doutorado em Ciência da

Comunicação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/1437/000083832.pdf?sequence=1>. Acesso em: 28 fev. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução nº 45/1991**: Assembleia Geral das Nações Unidas de 1990. Nova York: ONU, 1991. Disponível em: <http://www.fadep.rs.gov.br/legislacao/6/38>. Acesso em: 28 fev. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução nº 48/1996**: normas sobre a equiparação de oportunidades para pessoas com deficiência. 1996. Disponível em: http://www.cascavel.pr.gov.br/arquivos/08092010_normas_sobre_a_equiparaacao_de_oportunidades.pdf. Acesso em: 17 maio. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre direitos das pessoas com deficiência**. Nova Iorque, 2006. Disponível em: http://www.mpgp.br/portalweb/hp/41/docs/comentarios_a_convencao_sobre_os_direitos_das_pessoas_com_deficiencia.pdf. Acesso em: 17 maio. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando nosso mundo**: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Tradução do Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil - UNIC. Rio de Janeiro: UNIC, 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 23 fev. 2023.

PAIVA, Marília de Abreu Martins de. **Bibliotecas públicas**: políticas do Estado brasileiro de 1990 a 2006. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/ECID-7HUKTJ/1/disserta_o_marilia.pdf. Acesso em: 17 maio. 2023.

PASSOS, Jeane dos Reis; FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto. O deficiente visual e o acesso à memória coletiva do conhecimento dos primórdios à era digital: estudo de acessibilidades e fontes informacionais acadêmicas brasileiras. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., 2009, João Pessoa, PB. **Anais [...]**. João Pessoa, PB: UFPB/ANCIB, 2009. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xenancib/paper/viewFile/3266/2392>. Acesso em: 17 maio. 2022.

PAULA, Ana Rita de; MAIOR, Izabel Maria Madeira de Loureiro. Um mundo de todos para todos: universalização de direitos e direito à diferença. **Revista Direitos Humanos**, n.1, p. 34-39, dez. 2008. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/revistas/a_pdf/revista_sedh_dh_01.pdf. Acesso em: 17 maio. 2023.

PEREIRA, Ângela Salgueiro. Bibliotecas públicas, resiliência organizacional e evolução conceitual. In: CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 21., 2012, Lisboa. **Actas [...]**. Lisboa: Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, 2012.

PUPPO, Deise Tallarico; MARTINS, Valéria dos Santos Gouveia. Acessibilidade em bibliotecas: outras possibilidades de atuação dos bibliotecários frente aos novos formatos de

livros. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 16., 2010, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos** [...]. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/7344694-Acessibilidade-em-bibliotecasoutras-possibilidades-de-atuacao-dos-bibliotecarios-frente-aos-novosformatos-de-livros.html>>. Acesso em 22 jan. de 2022

PUPO, Deise Tallarico; MARTINS, Valéria dos Santos Gouveia. Construção de parâmetros para implantação de bibliotecas acessíveis. **Revista Gestão & Conexões**, Vitória, ES, v.3, n.1, p. 23-42, jan./jun. 2014. Disponível em: [Construção de Parâmetros para Implantação de Bibliotecas Acessíveis | Revista Gestão & Conexões \(ufes.br\)](#). Acesso em 23 jan. 2022.

PUPO, Deise Tallarico. Acessibilidade e inclusão: o que isto tem a ver com os bibliotecários. In: PUPO, Deise Tallarico; MELO, Amanda Meincke; FERRÉS, Sofia Pérez. **Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas**. Campinas, SP: UNICAMP, 2006. p. 10-12.

RADABAUGH, Mary Pat. Study on the financing of assistive technology devices of services for individuals with disabilities: a report to the president and the congress of the United State. In: NATIONAL COUNCIL ON DISABILITY. Washington, DC, 1993. **Anais** [...]. Washington, DC: National Council on Disability, 1993. Disponível em: <https://eric.ed.gov/?id=ED355696>. Acesso em: 25 maio. 2023.

SANTAELLA, Lúcia. **Leitura de imagens**. São Paulo: Melhoramentos, 2012.

SANTOS, Luciano Costa; FACHIN, Gleisy Bóries; VARVAKIS, Gregório Jean. Gerenciando processos de serviços em bibliotecas. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 2, p. 85-94, maio/ago. 2003. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1009>. Acesso em: 16 jul. 2022.

SASSAKI, Romeu Kazumi. A construção da acessibilidade. In: SEMINÁRIO DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR COM DEFICIÊNCIA NA INDÚSTRIA, 1., 2012, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: Superintendência do Trabalho e do Emprego de São Paulo, 2012. Disponível em: <https://docplayer.com.br/15563160-Romeu-sassaki-romeukf-uol-com-br.html>. Acesso em: 15 jul. 2022.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Gildo Soares da. **Abrindo janelas**. Recife: COMUNIGRAF, 2001.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: UFSC, 2005.

SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS. **Histórico, estrutura e atividades.** [website], Brasília, 2019. Disponível em: <http://snbp.cultura.gov.br/sobre/historico/>. Acesso em: 28 fev. 2023.

SNYDER, Joel. **Construindo imagens com palavras:** manual de treinamento abrangente e guia sobre a história e aplicações da áudio-descrição. Recife: UFPE, 2017.

SOARES, Francisco Sérgio Mota *et al.* **A Biblioteca pública da Bahia:** dois séculos de história. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2011.

SUAIDEN, Emir José. **Biblioteca pública brasileira:** desempenho e perspectivas. 1979. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1979. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/12718/1/1979_EmirJoseSuaiden.pdf. Acesso em: 22 fev. 2023.

SUAIDEN, Emir José. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 52-60, maio./ago. 2000. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/887>. Acesso em: 17 maio. 2023.

SUAIDEN, Emir José. **Biblioteca pública brasileira:** desempenho e perspectivas. 1. ed. São Paulo: Lisa, 1980. v. 1. 84p

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **Políticas Públicas:** o papel das políticas públicas. Salvador: AATR, 2002.

VIEIRA, Ricardo Quintão. **Portador de deficiência visual:** o papel da biblioteca e inclusão deste usuário na sociedade da informação. 2005. 35 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Biblioteconomia) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

VOLPATO, Silvia Maria Berté; BORENSTEIN, Carlos Raul; SILVEIRA, Amélia. A natureza do trabalho do administrador de biblioteca universitária. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL, INFORMAÇÃO E ÉTICA, 2, 2003, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: ACB, 2003.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Questionário



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

QUESTIONÁRIO

Projeto de Mestrado: Acesso à Informação para Usuários com Deficiência Visual em Bibliotecas Públicas de João Pessoa: realidade e desafios Mestrando/Pesquisador: Ana Lúcia Leite Santos Profª Orientadora: Drª Maria Cleide Rodrigues Bernardino

1ª Parte - Dados Sociodemográficos

1) Nome:	
-----------------	--

2) Identificação de gênero:					
Mulher cis	☐	Homem cis	☐	Não binário	☐
Mulher trans	☐	Homens trans	☐	Outros	☐

3) Idade:					
Menos de 30 anos	☐	De 40 a 49 anos	☐	De 60 anos ou mais	☐
De 30 a 39 anos	☐	De 50 a 59 anos	☐	Prefiro não informar	☐

4) Formação Profissional (Graduação em):					
Biblioteconomia	☐	Administração	☐	Pedagogia	☐
Arquivologia	☐	Letras	☐	Outras	☐
Se outra, qual?					

5) Quanto tempo que trabalha na biblioteca?	
--	--

2ª Parte - Dados de Acessibilidade da Biblioteca

6) Existem em sua biblioteca usuários com deficiência visual (cegos ou com baixa visão) cadastrados?

Sim	☐	Não	☐
-----	--------------------------	-----	--------------------------

Caso a resposta seja afirmativa, favor responder quantos:

Cegos		Baixa visão		Outros	
-------	----------------------	-------------	----------------------	--------	----------------------

7) Em sua opinião, esta biblioteca está preparada para receber e atender usuários com deficiência visual?

Sim	☐	Não	☐	Comente:
-----	--------------------------	-----	--------------------------	----------

8) Em sua opinião, a equipe da biblioteca

É capacitada para atender aos usuários com deficiência visual

☐

É razoavelmente capacitada, mas precisa melhorar

☐

Não é capacitada para atender aos usuários com deficiência visual

☐**Comente****9) Você conhece quais equipamentos e softwares a biblioteca dispõem para que os usuários com deficiência visual possam utilizar?**

Sim

☐

Não

☐

Quais:

10) Em sua opinião, as Tecnologias de Informação e Comunicação disponíveis e utilizadas na biblioteca são acessíveis aos usuários com deficiência visual?

Sim

☐

Não

☐

Comente:

11) O acervo da biblioteca, incluindo livros e periódicos, está acessível aos usuários com deficiência visual?

Sim

☐

Não

☐

Em caso afirmativo, informe o formato:

12) Você tem conhecimento de orientações e sinalizações acessíveis na biblioteca para usuários com deficiência visual?

Sim

☐

Não

☐

Em caso afirmativo, quais?

13) O que você entende por inclusão?**14) Poderia citar algumas ações inclusivas promovidas pela biblioteca para usuários com deficiência visual?****15) Qual sua opinião a respeito das iniciativas dos gestores e servidores técnicos da Instituição para promover a inclusão para usuários com deficiência visual?****16) Você acredita que a biblioteca atende as expectativas na promoção do direito à informação dos usuários com deficiência visual?**

Sim

☐

Não

☐

Em caso afirmativo, comente como?

Muito obrigada!

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Projeto de Mestrado: Acesso à Informação para Usuários com Deficiência Visual em Bibliotecas Públicas de João Pessoa: realidade e desafios

Mestrando/Pesquisador: Ana Lúcia Leite Santos

Profª Orientadora: Drª Maria Cleide Rodrigues Bernardino

Trata-se de uma pesquisa de Mestrado, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB), com o objetivo de **‘Analisar os desafios dos espaços socioambiental, dos produtos e dos serviços prestados pelas bibliotecas públicas da cidade de João Pessoa, destinados a usuários com deficiência visual, que objetivem sua inclusão nessas unidades de informação’.**

Asseguramos que o respondente não será identificado ou divulgado, resguardando seu direito de privacidade e garantindo a ética na pesquisa, conforme aprovação do Comitê de Ética na Pesquisa da UFPB.

Após ler e receber explicações sobre a pesquisa, e ter meus direitos de:

1. Receber resposta a qualquer pergunta e esclarecimento sobre os procedimentos, riscos, benefícios e outros relacionados à pesquisa;
2. Retirar o consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo;
3. Não ser identificado e ser mantido o caráter confidencial das informações relacionadas à privacidade.
4. Procurar esclarecimentos junto aos pesquisadores responsáveis.

Declaro estar ciente do exposto e desejar participar da pesquisa.

João Pessoa, PB ____/____/____.

Nome do respondente: _____

Assinatura: _____

Eu **Ana Lúcia Leite Santos**, declaro que forneci todas as informações referentes à pesquisa ao participante e/ou responsável.

Assinatura: _____

Contato com o Pesquisador (a) Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para a pesquisadora Ana Lúcia Leite Santos. Telefone: (83) 98814-8540. ou para o Comitê de Ética do CCM: : Centro de Ciências Médicas, 3º andar, sala 14 - Cidade Universitária - Campus I, Universidade Federal da Paraíba, CEP: 58051-900 - Bairro Castelo Branco -João Pessoa–PB Telefone: (83) 3216.7619 E-mail: comitedeetica@ccm.ufpb.br

APÊNDICE C – Programas, Aplicativos e Documentos Gratuitos

O Leitor de tela NVDA - Programa que faz a leitura do que está na tela do computador - Disponível em: http://www.nvaccess.org/files/nvda/releases/2022.2/nvda_2022.2.exe

O Balabolka - conversor de documentos em variados formatos alternativos para usuários com deficiência visual. Disponível em: <http://www.cross-plus-a.com/balabolka.zip>

O aplicativo de digitação para Deficientes Visuais - Disponível em: <http://intervox.nce.ufrj.br/~nenodigitavox.htm>

O Sistema Dosvox em português - Disponível em: <http://intervox.nce.ufrj.br/dosvox/download.htm>

O Sistema Dosvox en Español - Disponível em: http://intervox.nce.ufrj.br/dosvox_espanhol/download.htm

O Robobrilha - Serviço que converte automaticamente documentos para diversos formatos alternativos para usuários com deficiência visual ou problemas de leitura - Disponível em: <http://robobrilha.org/pt-pt>

O Manual de acessibilidade em documentos digitais - em documentos de texto, apresentações de slides, planilhas, documentos no formato PDF ou em documentos digitalizados - Disponível em: <https://cta.ifrs.edu.br/livro-manual-deacessibilidade-em-documentos-digitais/>

O Site com diversas leis, decretos e documentos sobre acessibilidade e inclusão, em variados formatos, como texto, áudio, Libras, com legendas e outros, facilitando o acesso de um grande número de usuários - Disponível em: <http://www.pcdlegal.com.br/leisacessibilidade>

O Site sobre audiodescrição - Disponível em: <http://audiodescricao.com.br>

Os artigos relacionados à acessibilidade digital, inclusão e deficiência - Disponível em: <http://acessodigital.net/artigos.html>

O vídeo - Utilização dos leitores de tela produzido pelo CTA - Centro Tecnológico de Acessibilidade do IFRS, com apresentação do conceito e exemplos de leitores de tela, com demonstração de utilização por usuário com deficiência visual - Disponível em: <https://youtu.be/e5RIZcl0jzk>

E a Introdução aos Documentos Google, acessíveis aos usuários com deficiência visual - Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BcErBMQDBdk>

ANEXO

ANEXO A - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - CCS/UFPB	
--	---

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ACESSO À INFORMAÇÃO PARA USUÁRIOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL EM BIBLIOTECAS PÚBLICAS DE JOÃO PESSOA: REALIDADE E DESAFIOS

Pesquisador: ANA LUCIA LEITE SANTOS

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 68322023.0.0000.5188

Instituição Proponente: Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA UFPB

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.078.184

Apresentação do Projeto:

Trata-se de analisar o Projeto de pesquisa em tela da mestranda Ana Lúcia Leite Santos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGI) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) sob a orientação da Profa. Dra. Maria Cleide Rodrigues Bernardino.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo geral:

Analisar os desafios dos espaços socioambiental, dos produtos e dos serviços prestados pelas bibliotecas públicas da cidade de João Pessoa, destinados a usuários com deficiência visual, que objetivem sua inclusão nessas unidades de informação.

E como objetivos específicos:

- a) Identificar nas Bibliotecas Públicas de João Pessoa, Paraíba, a acessibilidade física do acervo e a acessibilidade atitudinal dos servidores do acervo, verificando se há formação dos bibliotecários e assistentes na orientação quanto ao uso dos equipamentos de acessibilidade.
- b) Mapear na literatura científica e técnica as políticas, equipamentos, e os instrumentos de apoio ao atendimento de usuários com deficiência visual;
- c) Contribuir para a discussão acerca do acesso à informação para usuários com deficiência visual em bibliotecas públicas.

Endereço: Prédio do CCS UFPB - 1º Andar	CEP: 58.051-900
Bairro: Cidade Universitária	
UF: PB	Município: JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791	Fax: (83)3216-7791 E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

**CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB**



Continuação do Parecer: 6.078.184

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Quebra de sigilo e confidencialidade, como também a exposição a situação vexatória.

Benefícios:

Os participantes poderão contribuir com possíveis benefícios acerca dos direitos humanos fundamentais, notadamente o direito da inclusão social dos usuários com deficiência visual nas bibliotecas públicas.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, descritiva e participativa, que envolverá os gestores de três bibliotecas públicas do município de João Pessoa, através da aplicação dos seguintes instrumentais: pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental, como suporte para a formação do referencial teórico.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O projeto em tela se encontra bem instruído de acordo com a Resolução 486/12 do Conselho Nacional de Saúde que rege as pesquisas envolvendo seres humanos.

Recomendações:

Recomenda-se manter a metodologia proposta.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem pendências

Considerações Finais a critério do CEP:

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS aprovou a execução do referido projeto de pesquisa. Outrossim, informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à submissão do Relatório Final na Plataforma Brasil, via Notificação, para fins de apreciação e aprovação por este egrégio Comitê.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_P ROJETO_2102870.pdf	27/04/2023 19:07:28		Aceito
Outros	Certidao_PPGCI_50_2023.pdf	27/04/2023 19:05:19	ANA LUCIA LEITE SANTOS	Aceito

Endereço: Prédio do CCS UFPB - 1º Andar
Bairro: Cidade Universitária CEP: 58.051-900
UF: PB Município: JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 Fax: (83)3216-7791 E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB



Continuação do Parecer: 6.078.184

Outros	Carta_Anuencia_Biblioteca_Dumerval_T rigueiro.pdf	27/04/2023 18:59:32	ANA LUCIA LEITE SANTOS	Aceito
Outros	Carta_Anuencia_Biblioteca_Juarez_da_ Gama.pdf	27/04/2023 18:58:34	ANA LUCIA LEITE SANTOS	Aceito
Outros	Carta_Anuencia_Biblioteca_Augusto_do s_Anjos.pdf	27/04/2023 18:58:12	ANA LUCIA LEITE SANTOS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Ana_Atualizado.docx	27/04/2023 18:51:59	ANA LUCIA LEITE SANTOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Atualizado.pdf	27/04/2023 18:50:19	ANA LUCIA LEITE SANTOS	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto_Ana_Lucia.pdf	24/03/2023 14:22:51	ANA LUCIA LEITE SANTOS	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	14/03/2023 19:48:50	ANA LUCIA LEITE SANTOS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JOAO PESSOA, 24 de Maio de 2023

Assinado por:
Eliane Marques Duarte de Sousa
(Coordenador(a))

Endereço: Prédio do CCS UFPB - 1º Andar
Bairro: Cidade Universitária CEP: 58.051-900
UF: PB Município: JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 Fax: (83)3216-7791 E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br